



Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior

VI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ANAIS

13 E 14 DE NOVEMBRO DE 2017



MATÃO, 2017

Diretoria

Prof. Dr. Paulo Rodrigo Alves Bernardo

Coordenação do Curso de Administração

Profa. Dra. Luciana Helena Crnkovic

Coordenação do Curso de Direito

Prof. Dr. José Wamberto Zanquim Júnior

Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica

Profa. Dra. Luciléia Aparecida Colombo

Prof. Me. Carlos Eduardo Futra Matuiski

Prof. Me. Edivaldo Ravenna Picazo

Prof. Me. Marco Aurélio Gomes Barboza

Prof. Esp. Rodrigo Antonio Coxe Garcia

ORGANIZAÇÃO

Profa. Dra. Luciléia Aparecida Colombo (Supervisora do Programa de Iniciação Científica do Immes – PROIC e membro do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica)

Prof. Dr. Paulo Rodrigo Alves Bernardo (Diretor)

Profa. Dra. Luciana Helena Crnkovic (Coordenadora do Curso de Administração)

Prof. Dr. José Wamberto Zanquim Júnior (Coordenador do Curso de Direito)

Prof. Me. Carlos Eduardo Futra Matuiski (membro do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica)

Prof. Me. Edivaldo Ravenna Picazo (membro do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica)

Prof. Me. Marco Aurélio Gomes Barboza (membro do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica)

Prof. Esp. Rodrigo Antonio Coxe Garcia (membro do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica)

EQUIPE TÉCNICA

Vânia Maria de Gaetano

Crislaine Fernanda Xavier

Jéssica Lais Bispo Malaguti

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PROGRAMAÇÃO	7
RESUMOS	16

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho refere-se aos Anais do VI Congresso de Iniciação do Instituto Matonense de Ensino Superior (IMMES), realizado na cidade de Matão, São Paulo, nos dias 13 e 14 de novembro de 2017, cujo objetivo principal foi a apresentação de discentes e de docentes da Instituição. Ademais, cabe ressaltar que a função do Congresso de Iniciação Científica (CIC) é a inserção dos alunos na pesquisa científica, estimulando a divulgação das pesquisas que são elaboradas ao longo do ano, para toda a comunidade do Immes. Deste modo, docentes e discentes dos cursos de Administração e Direito fizeram apresentações orais de suas pesquisas em andamento ou concluídas. Além disso, o CIC contemplou a apresentação de trabalhos dos alunos do curso de Administração, principalmente voltados para a inovação científica e tecnológica, bem como ofereceu espaço através de uma sessão especial de Monitoria, no qual os alunos monitores puderam relatar suas experiências, integrando, assim, toda a Instituição.

Cabe ressaltar que o CIC foi dividido em:

- Apresentações orais – de professores e de alunos que fazem iniciação científica;
- Apresentação de painéis – de alunos com produtos voltados para a inovação e C&T;
- Apresentação dos alunos monitores, com o relato de suas contribuições;
- Apresentação em forma de painéis dos alunos dos últimos anos dos cursos de Direito e de Administração.

Todos os trabalhos foram recebidos e devidamente organizados para apresentação pela Supervisora do Pro-IC do Immes, com a devolutiva de ajustes, quando necessários. Neste sentido, o evento foi de fundamental importância para a consolidação da área de pesquisa, ciência e inovação, contribuindo decisivamente para a formação heurística dos profissionais dos cursos oferecidos pelo Immes.

Profa. Dra. Luciléia Aparecida Colombo
Supervisora do Programa de Iniciação Científica do Immes

PROGRAMAÇÃO

**INSTITUTO MATONENSE MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR -
IMMES
PROGRAMA OFICIAL DO VI CONGRESSO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA**

SEGUNDA-FEIRA - dia 13/11/2017

19:00h - Abertura oficial: Hino Nacional Brasileiro e abertura do congresso pela Comissão Organizadora

19:30h - Início das apresentações de Docentes e dos Projetos de Iniciação Científica.

SALA 1:

DOCENTE: Edivaldo Ravenna Picazo - Título do trabalho: O Regime jurídico das agências reguladoras.

IC: Adriano Blanco – “Princípios aplicados ao Direito do Trabalho e o Princípio da Proteção no Direito Processual do Trabalho”.

IC: Christian Boldrini de Freitas Barros – “O desarmamento e seus efeitos na sociedade”.

SALA 2:

DOCENTE: José Wamberto Zanquim Junior -Título do Trabalho: Responsabilidade administrativa ambiental – análise comparativa entre Brasil e Portugal

IC: Ana Luiza Vieira Antoniosi – “O crime de feminicídio no cenário atual brasileiro”

IC: Fernanda Lisboa Matos – “O aborto no Direito Penal brasileiro: características e algumas implicações da descriminalização e da legalização”.

SALA 3:

DOCENTE: Luciana Helena Crnkovic -Título do trabalho: Ambiente familiar na era da Modernidade Líquida de Zigmunt Bauman

IC: Ricardo Alexandre Pinoti – “Dano Moral”.

IC: Thiago Correia de Oliveira – “Considerações legais sobre a dispensa sem justa causa de empregada gestante”.

SALA 4:

DOCENTE: Mariana Moretto Gementi-Spolzino - Título do trabalho: Estudo linguístico das cantigas trovadorescas apresentado para os alunos dos cursos de Direito e Administração

IC: Thais Maiara dos Anjos – “Os institutos da recuperação Judicial e Falência na Lei 11.101/05”.

IC: Larissa Reina Magaton – “A indenização por abandono afetivo nas relações de filiação”.

SALA 5:

DOCENTE: Aline Crociari - Título do trabalho: Um estudo sobre as barreiras que impedem a efetivação da inclusão educacional na Educação Básica e no Ensino Superior.

IC: Felipe Catharino Delfino – “Brics e o futuro”.

IC: Lázaro Neto Alves Goulart – “O dano existencial e sua relação com o acidente de trabalho”.

SALA 6:

MESA REDONDA: MONITORIA –

DOCENTE: Prof. Pedro Colenci – Título do trabalho: “A autonomia do Direito Urbanístico”.

Alunos Monitores: Amanda Soares Ferlin, Mateus Júnior Perlato, Alessandra Tatiani da Silva Valverde, Ana Cristina Gandini Salto, Ana Luiza de Cinque Furini, Luciléia Chagas.

IC: Rodrigo Mendonça – “Planejamento sucessório empresarial com foco na proteção patrimonial”

IC: Natália Milan – “Análise sobre a conveniência da realização das audiências de custódia sob a égide dos Direitos Humanos”.

21:00h - Término das apresentações.

Intervalo: das 21:00h até 21:15h

21:15h: Início das apresentações dos painéis de trabalhos científicos, trabalhos de conclusão de curso e outros projetos de pesquisa, criação e inovação tecnológica – Exposição dos painéis do pátio anexo.

- 1. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (Disciplina Profa, Luciléia Colombo):**

PÔSTER 1 – Desenvolvimento Regional – Ana Eliza, Bruna Carolina, Larissa Melges, Mariara Romano, Rita de Cássia e Thales Moura.

PÔSTER 2 – Indicadores Sociais: medidas importantes para o desenvolvimento regional – Antônia Juliana Pereira Ribeiro, Bruna Letícia Tomaz da Silva, Caio Vinícius Magolo Souza, Fernanda Cristina da Cunha, Gabriel França Cabrera, Tais Fernanda dos Santos.

PÔSTER 3 – Desenvolvimento Regional no interior de São Paulo – Alexandre Silva, Heberton Coelho, Jhonatan Campi, Julieane Soares, Leandro Felix, Matheus Fioravante.

2. PROJETOS PROFA. LUCIANA HELENA CRNKOVIC

PÔSTER 1 – Processo de Desenvolvimento de produto: aplicativo móvel Bioshop – Ana Lígia Fernandes, Bianca Elisa Silva, Eliana Carla Vogel, Émelin Élen da Silva, Joice Lopez, Vinícius de Brito Figueira.

PÔSTER 2 – Geladinho de caldo de cana com leite ninho e limão – Helena Carolina de Castro, Isabela Marchini Bezzi, Bianca Caroline Michelin, Gabriel Parise, Thais Gallo Saldanha, Eduarda Geremias.

PÔSTER 3 – Elaboração e Análise de Projeto – Anali Zibetti, Gabriela Savegnago, Giovanni Bretti, Rafaela Vicente.

PÔSTER 4 – Projeto: Portable Speaker – Felipe Raia Milazotto, Guilherme Stradiotto Sperandio, Mateus Gabriel da Silva, Murilo Baldassa.

PÔSTER 5 – Desenvolvimento de Produto – Caroline Aparecida Vicenzotti, Cristiane Aparecida de Moraes, Jaqueline Ribeiro, Jéssica Ribeiro, Valéria Hipólito Santana.

3. APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC):

PÔSTER 1 – Animais Não Humanos como Sujeitos de Direito – Debora Wetterich Masalskiene

PÔSTER 2 – Reflexões sobre a mulher em situação de cárcere – Deyse de Souza Silva.

PÔSTER 3 – O sequestro no Código Penal – Juliano Dias dos Santos.

PÔSTER 4 – Aspectos Gerais da Ressocialização no Brasil – Ariane Caroline Sabadoto.

PÔSTER 5 – Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas de Direito Privado nos Crimes Ambientais – Leonardo Augusto Bueno.

PÔSTER 6 – Biotecnologia e as Relações Éticas e Jurídicas – Amanda Daniela Ferreira da Silva.

PÔSTER 7 – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei Maria da Penha – Paloma Nayara Maria.

PÔSTER 8 – Guarda Compartilhada – Rodrigo Ricardo Orrico.

22:00h: Entrega dos Certificados para apresentadores (oral e painel) e assinatura das listas de presença dos ouvintes.

22:30h: Término dos trabalhos do dia.

PROGRAMAÇÃO CIC 2017

**INSTITUTO MATONENSE MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR - IMMES
PROGRAMA OFICIAL DO VI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

TERÇA-FEIRA – DIA 14/11/2017

19:00h - Início das apresentações de Docentes e dos Projetos de Iniciação Científica.

SALA 1:

DOCENTE: Leonardo Anselmo Perez - Título do trabalho: Um estudo sobre o uso de avaliações apoiadas pelas tecnologias

IC: Cláudia Andrade da Costa – “Imposto de Renda Pessoa Física”.

IC: Gabriel França Cabrera – “Metodologias de ensino do Inglês no Brasil e no mundo”.

SALA 2:

DOCENTE: Rosana Cristina Scopelli/ Gabriela Aparecida Marquez - Título do trabalho: “Comportamento organizacional: a influência da cultura feminina em uma empresa de agronegócio”.

IC: Gabriela Falcai Polito – “Alienação Parental: aspectos psicológicos de quem sofre, à luz do Direito”.

IC: Vinícius Abraão Lazareti – “Atos Notariais – Abertura de Carões de Assinatura, Autenticação e Reconhecimento de Firma”.

SALA 3:

DOCENTE: Bianca Cavichioni de Oliveira/ Ana Cristina Gandini Salto - Título do trabalho: Síndrome da alienação parental sobre a perspectiva do Direito da Família

IC: Alessandra Tatiani da Silva Valverde – “Flexibilidade do Procedimento”

IC: Ana Cristina Gandini Salto – “Análise da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015) frente ao Direito Civil”.

SALA 4:

DOCENTE: Rodrigo Coxe – Título do trabalho: Segurança jurídica de dados pessoais e proteção à privacidade”.

IC: Débora Letícia Bezerra dos Santos – “Crimes cibernéticos – crescimento dos incidentes virtuais no Brasil”.

IC: Joemir Antonio Pinotti de Oliveira – “Direito Autoral: do criador ou do consumidor”.

SALA 5:

DOCENTE: Luciléia Aparecida Colombo - Título do trabalho: “O desenvolvimento regional na perspectiva das políticas públicas”.

IC: Ana Carolina Lucio da Costa – A bancada evangélica no Congresso Nacional”.

IC: Taísa Thamyris Pereira – “Aborto”.

SALA 6:

DOCENTE: Carlos Eduardo Matuiski - Título do trabalho: “O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no Município de Matão”.

Apresentação de trabalho: A busca por resultados: A consultoria como ferramenta estratégica para a organização - Gabriela Aparecida Marquez.

Apresentação de trabalho: Sistema de Gestão da Qualidade e seus benefícios - Vanusa Duarte Ferreira.

20:30h - Término das apresentações.

Intervalo: das 20:30h até 20:45h

20:45h: Início das apresentações dos painéis de trabalhos científicos, trabalhos de conclusão de curso e outros projetos de pesquisa, criação e inovação tecnológica – Exposição dos painéis do pátio anexo.

1. APRESENTAÇÃO DE PÔSTERES

PÔSTER 1 - Mandado de Segurança – Lucas Possebon, Maria Eduarda Pinotti, ISabely Soler, Luiz Guilherme, Nádia, Iamara, João Vitor, Clara Sousa.

PÔSTER 2 - Como elaborar uma sentença jurídica – Cassia Daiane de Paiva Brito, Lídia Pereira, Raquel Negreiros Biondi, Renata Roza Costa, Thales de Sousa Costa.

PÔSTER 3 - Considerações sobre a petição inicial do processo civil – Ana Carolina Bigal, Gabriela Heloisa, Fernanda Lisboa Matos, Paulo César, Raphael Henrique Finencio, Leticia Ribeiro, Nicole Vendrame.

PÔSTER 4 – Contestação – Felipe Catharino Delfino, José Valentim Bononi Junior, Vinícius Lima.

PÔSTER 5 – Petição Judicial – Procuração – Ana Carolina Lucio da Costa, Ariel Silas Rodrigues, Camila da Costa Santos, Daiany dos Santos Dias, Lucas Miguel Benitte, Stéfani Cristina Flamino da Silva, Taisa Thamyris Pereira.

PÔSTER 6 – Habeas Corpus – Espécies – Joelma, Marcos Antonio, Ricardo Alexandre, Micheli, Debora, Livia, Joemir.

PÔSTER 7 – Christian Boldrini de Freitas Barros, Ricardo Daniel, Henrique Marguti, Larissa Maria da Silva, Mariana Bessi Balduino de Souza, Gabriel Galhardo Gonçalves, Leonardo Quaresma Mazzoni.

PÔSTER 8 – Requerimento: Simples e Complexos – Douglas Roberto Lopes, Jennifer Diane Ramalho, Juliana Castilho, Larissa Natieli da Silva Ferreira, Mateus Perlato, Paulo Silva.

PÔSTER 9 – Delação premiada – Daniela Luzia Fernandes Pereira, Maria Gabriela da Silva, Rosimeire Aparecida Cadozo Manzi.

2. APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC):

PÔSTER 1– Aplicativo Mudamos – Maria do Socorro de Souza.

PÔSTER 2 – A elisão fiscal e sua importância para a economia da empresa: qual o melhor regime de tributação a ser escolhido pela empresa - Nívea Maria Pereira Menezes.

PÔSTER 3 – Contrato de Locação Urbana – Ruberlei Aparecido Francisco.

PÔSTER 4 – Lei Maria da Penha: a (IN)eficácia das medidas protetivas – Enara Mariela Gomes.

PÔSTER 5 – A indenização por abandono afetivo nas relações de filiação – Larissa Reina Magaton.

PÔSTER 6 – O precedente judicial e aplicações dos institutos do Stare Decisis no Sistema Processual Brasileiro – Auxiliadora Aline Saraiva de Barros.

PÔSTER 7 – Direito ao esquecimento na Sociedade da Hiperinformação – Jamilly Alouan Soares Santos.

PÔSTER 8 - Os Direitos Políticos na Constituição Federal - Rogério Luis Gabriel.

3. APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS DOS ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO e DIREITO

PÔSTER 1 - Novo Estilo - Departamento Financeiro – Helena Carolina de Castro, Matheus de Souza Benedicto, Thais Liriane Risci Bigal de Araújo, Rubriana Bigal, Tábata Buzinaro.

PÔSTER 2 – Contabilidade na Empresa – Wesley Piloto da Silva, Douglas Fernando da Silva.

PÔSTER 3 – Da sucessão na União Estável segundo a Decisão do Supremo Tribunal Federal – Benyslene Reis Souza, Luana Camila Alves de Souza.

PÔSTER 4 – Desacato: a possibilidade de descriminalização à luz da Constituição Federal e da Convenção Americana de Direitos Humanos – Ana Luiza de Cinque Furini.

22:00h: Entrega dos Certificados para apresentadores (oral e painel) e assinatura das listas de presença dos ouvintes.

22:30h: Encerramento do VI Congresso de Iniciação Científica.

RESUMOS



CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO LINGUÍSTICO DAS CANTIGAS TROVADORESCAS APRESENTADAS PARA OS ALUNOS DOS CURSOS DE DIREITO E ADMINISTRAÇÃO

GEMENTI-SPOLZINO, Mariana Moretto
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
mariana_moretto@hotmail.com

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é apresentar um estudo linguístico sobre as fricativas (sibilantes e chiantes), a partir das relações existentes entre letras e sons, e as possíveis grafias nas cantigas medievais. Focalizamos fonemas representados pelos grafemas “s”, “z”, “x”, “c”, “ç”, “sc”, “ss”, “j”, “g”, em início, meio e fim de palavra. Ou seja, pesquisaremos se, naquele momento, os processos de neutralização das fricativas existiam ou não no português. O ineditismo do estudo das rimas como pista da realização fonética dessas consoantes na época é a parte mais importante do trabalho, pois, apesar de o período arcaico já ter sido tratado em diversas gramáticas históricas, há poucas informações nessas gramáticas sobre o estudo das fricativas. Com esta abordagem, é possível obter pistas satisfatórias sobre a realização fonética dessas consoantes em um momento passado da língua, quando não havia gravação de linguagem oral, mas apenas documentos escritos. Para a realização desta pesquisa, elegemos as cantigas medievais galego-portuguesas, como corpus. Destas, serão selecionadas 50 CSM (*Cantigas de Santa Maria*), das 420 cantigas em louvor da Virgem Maria, de autoria de Afonso X, o rei Sábio, e 150 cantigas profanas, sendo 50 cantigas de amigo das 510 existentes; 50 cantigas de escárnio e maldizer das 431 existentes e 50 cantigas de amor das 310 existentes. A escolha de textos poéticos como *corpus* desta pesquisa deve-se ao fato de que, por meio da análise das rimas, é possível obter pistas satisfatórias sobre a realização fônica de vogais e consoantes em momentos passados da língua, dos quais não se têm registros orais. Nesta pesquisa, optou-se por trabalhar com as cantigas religiosas, em comparação com as profanas, porque estudos revelam que as CSM, em termos de léxico e de rima, são mais ricas do que as cantigas profanas (cf. Leão, 2007, p. 152-153), embora as profanas, especialmente as de escárnio e maldizer, também apresentem uma maior riqueza de temas e de léxico, quando comparadas com as de amigo e de amor (cf. Massini-Cagliari, 2007). O quadro teórico metodológico baseia-se na observação da possibilidade de variação gráfica na representação das consoantes e na consideração da possibilidade de rima entre essas palavras específicas para determinar sua possível realização fonética naquela época.

Palavras-Chave: Linguística. Cantigas trovadorescas. Fricativas.

UM ESTUDO SOBRE AS BARREIRAS QUE IMPEDEM A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NO ENSINO SUPERIOR

CROCIARI, Aline Crociari
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
aline.crociari@gmail.com

RESUMO

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN 9394/96 em seu Artigo 58, que compreende a Educação Especial como uma modalidade de ensino oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, os debates relacionados a educação especial em uma perspectiva inclusiva se intensificaram na esfera educacional. Porém, a presença da Lei garante o acesso e a permanência nas unidades escolares de educação básica, bem como, no ensino superior, para ocorrer uma efetiva aprendizagem se faz necessário a efetivação de algumas barreiras. Neste sentido este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento de teóricos da área de estudo voltada para a educação especial na perspectiva inclusiva, no que se refere as principais barreiras que impedem a efetivação da inclusão escolar, com enfoque na barreira atitudinal e a relação que esta possui com a formação continuada de professores, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior.

Palavras-Chave: Inclusão Educacional, Educação Especial, Deficiência.

INDICADORES SOCIAIS: MEDIDAS IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RIBEIRO, Antonia Juliana Pereira; SILVA, Bruna Letícia Thomaz; SOUZA, Caio Vinícius Magolo; CUNHA, Fernanda Cristina; CABRERA, Gabriel França; SANTOS, Thais Fernanda

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

julianaprb88@gmail.com ; brunaleticiatomaz@hotmail.com; caiomagolo@gmail.com;

fernanda.hera@hotmail.com; gabriel30.cabrera@gmail.com;

tais_tita_santos@hotmail.com

RESUMO

Os indicadores Sociais são meios utilizados para designar os países como sendo: desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Através disso, organismos organizacionais analisam os países pelos três principais fatores: - Longevidade: A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e que seja garantido a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental. - Educação: O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação, fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. - Renda: A renda é essencial para analisarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem do desenvolvimento humano redefine a maneira como pensamos sobre e lidamos com o desenvolvimento – internacional, nacional e localmente. O IDH tornou-se uma forma de compreensão e fomento da discussão e reflexão ampla sobre o significado do desenvolvimento humano para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. - Renda: A renda é essencial para analisarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem do desenvolvimento humano redefine a maneira como pensamos sobre e lidamos com o desenvolvimento – internacional, nacional e localmente.

Palavras-Chave: IDH. Desenvolvimento Regional. Sociedade.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LUCINDO, Ana Eliza; SILVA, Bruna Carolina; MELGES, Larissa; ROMANO, Maiara; MOURA, Thales

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
*anaelizalucindo@outlook.com,bruna.silva@hospitalmatao.com.br,
 larissa.ca.melges@hotmail.com, maiara_romano14@hotmail.com,
 r.kassia85@gmail.com, thalesmouraitu@hotmail.com*

RESUMO

Desenvolvimento regional é o fornecimento de ajuda e assistência a outras regiões que são menos desenvolvidas economicamente. O fim último a atingir com o processo de desenvolvimento regional é a defesa do desenvolvimento, numa concepção de disponibilidade de bens e serviços básicos em condições de acesso razoável para toda a população onde quer que resida. As teorias do desenvolvimento regional, especialmente as de índole econômica, preocupam-se fundamentalmente com o crescimento regional e podem ser agrupadas em dois conjuntos: 1) O crescimento visto de fora da região – Este tipo de teorias apoiam-se no princípio de que as diferenças entre as regiões tendem a atenuar-se em resultado da transmissão do crescimento no espaço, por um processo que terá as suas raízes no comércio inter-regional; 2) O crescimento visto de dentro da região – Este tipo de teorias coloca a tônica nas forças internas que podem desencadear o desenvolvimento, para o que tem de se admitir que a região dispõe efetivamente de vantagens suficientemente fortes para que os mecanismos se desencadeiem.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional. Crescimento. Economia.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO INTERIOR DE SÃO PAULO

SILVA, Alexandre; COELHO, Heberton; CAMPI, Jhonatan; SOARES, Julieane;
 FÉLIX, Leandro; FIORAVANTE, Matheus
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
alee-silva@outlook.com, hebertoncalixto@gmail.com, jho.campi@icloud.com,
julieanecsoares@gmail.com, leandro_siriema@hotmail.com,
matheus.fioravante11@hotmail.com

RESUMO

O desenvolvimento regional no interior de São Paulo tem como foco as cidades de Matão e São José do Rio Preto. Matão é uma cidade com uma população de 80,222 habitantes, em 2012 representou 1,3% do PIB do estado de São Paulo, ocupando a 29º posição em um ranking de 110 municípios (IBGE, 2012). A partir de 1963, transformou-se, no interior do processo de modernização das atividades agrícolas regionais, na cidade da agroindústria da laranja. A partir daí se instalaram indústrias de suco de laranja. Desenvolveram-se também indústrias metalúrgicas, produtoras de implementos agrícolas e recipientes metálicos para o suco de laranja, e também uma indústria de confecções. Parte destas produções destina-se ao mercado internacional. Em 2011 a cidade contava com 2,737 empresas que ocupava um total de 27,797 pessoas, ou seja, aproximadamente 40% da população. São José do Rio Preto está localizado na área Noroeste do estado de São Paulo. Teve seu desenvolvimento acelerado entre 1910 e 1930. Atualmente, o município está localizado a uma distância de 451 km da capital, possui cerca de 408.258 habitantes, sendo 49% homens e 92% mulheres, com um índice de desenvolvimento de 0,83 e uma expectativa de vida de 73,5 anos, é uma das cidades mais desenvolvidas do país. O PIB de São José do Rio Preto ocupa a 61º posição em um ranking de 110 municípios (IBGE, 2010).

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional. Interior de São Paulo. PIB.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO: APLICATIVO MÓVEL *BIOSHOP*

FERNANDES, Ana Lúgia; SILVA, Bianca Elisa; VOGEL, Eliana Carla; SILVA, Émelin Élen; LOPEZ, Joice; FIGUEIRA, Vinícius de Brito
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
analigiafernandes@gmail.com, biancaelisa.s@outlook.com.br, elianacarlavogel@hotmail.com, emelinelen@gmail.com, joice.lopes29@gmail.com, vbfigueira@gmail.com

RESUMO

O aumento da procura por alimentos saudáveis fez com que surgissem muitos segmentos alimentícios voltados para a saúde e bem-estar. A agricultura orgânica, um sistema sustentável, tem-se destacado como uma das alternativas de renda para os pequenos e médios produtores rurais, em razão da crescente demanda mundial por alimentos saudáveis. O comportamento do consumidor tem promovido mudanças nos negócios, provocando a necessidade de ajustes que podem ser respondidos por meio de inovações na produção de alimentos. Esse forte apelo do alimento saudável impulsiona novas oportunidades e requer um modelo de gestão que possa inovar em seus processos, agregando a eles os princípios da sustentabilidade. A internet, hoje, além de um canal de comunicação e compartilhamento de ideias e dados, proporciona grandes facilidades no âmbito do comércio. A fim de atender essa demanda crescente, o estudo apresenta o processo para o desenvolvimento de um aplicativo móvel para as plataformas de sistema Android, Windows e iOS, o *BioShop*, com o objetivo de vendas de produtos orgânicos, além da criação de uma plataforma que garanta segurança nos acordos firmados pelos usuários. Assim o cliente pode realizar a sua compra como se estivesse em um hortifrúti do estabelecimento, sem sair da sua casa escolhendo passo a passo as características do seu alimento. A partir do desenvolvimento desse projeto, propõe-se realizar entrevistas com *lead users* afim identificar possíveis pontos de melhoria e mais requisitos no aplicativo proposto; desenvolver as fases de projeto técnico, preparação de produção e lançamento de produto, buscando adaptá-las também às particularidades do tipo de produto; e analisar as melhorias que a metodologia proposta traz para o desenvolvimento do aplicativo. E, com os resultados obtidos desse projeto foi possível propor o desenvolvimento de um aplicativo business to consumer voltado para o mercado de produtos orgânicos.

Palavras-Chave: Alimentos orgânicos. Sustentabilidade. Aplicativo móvel.

DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO: GELADINHO DE CALDO DE CANA COM LEITE NINHO E LIMÃO

CASTRO, Helena Carolina; BEZZI, Isabela; MICHELAN, Bianca Caroline; PARISE, Gabriel; SALDANHA, Thais Galo; GEREMIAS, Eduarda

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

leninhakk@hotmail.com, isabelabezzi@hotmail.com, eduardadamasio@icloud.com, biancamichelan@hotmail.com, gabrielparise@hotmail.com, thais.gllo@hotmail.com

RESUMO

As tendências do mercado podem ser traduzidas em inovação do produto, que reside na substituição temporária ou permanente dos produtos atuais por produtos novos. Sob este aspecto, a prática da inovação na indústria de alimentos é uma questão de sobrevivência para uma organização, o objetivo da inovação é atender as necessidades do cliente ou, de preferência, antecipando-se para ser melhor que a concorrência. Esse processo envolve mudanças que sempre trazem incertezas, dificuldades e riscos, ao mesmo tempo que são vitais para a sobrevivência das organizações. Pode-se identificar algumas tendências que influenciam no comportamento do consumidor, e, portanto, no seu padrão de consumo e escolha alimentar, como o cliente que se preocupa em adquirir produtos tradicionais e regionais, baseado em aspectos de qualidade, em que valor atribuído ao produto é devido à sua característica como natural, fresco, saudável e saboroso. Para o CIC – Congresso de Iniciação Científica, foi proposto um novo sabor de geladinho, feito do caldo de cana-de-açúcar, leite ninho e limão, com inovação em produto já conhecido, feito de ingredientes naturais e regionais, afim de atender o público citado anteriormente.

Palavras-Chave: Inovação. Cana-de-açúcar. Tendência.

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETO

ZIBETI, Anali; SAVEGNAGO, Gabriela; BRETTEI, Giovanni; VICENTE, Rafaela
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Rafa_vicente@outlook.com, gabisavegnago@icloud.com, giovannibretti@hotmail.com,
analizibetti@yahoo.com.br

RESUMO

É uma manteiga dentro de uma embalagem de bastão, para facilitar o dia-a-dia das pessoas. O produto e a embalagem foram desenvolvidos para ajudar no manuseio e na rapidez para as donas de casa, no café da manhã ou até no preparo de alimentos, como carnes etc. A utilização do produto Dom Manteigão é muito simples, basta girar a rosca no sentido anti-horário até a manteiga estar um pouco acima do topo da borda da embalagem, e passa-la no pão até que fique ao seu gosto. Nosso produto é fresco, pois a nata vem direto da fazenda para a confecção do produto e depois para sua casa.

Palavras-Chave: Praticidade. Facilidade. Rapidez.

PROJETO: PORTABLE SPEAKER

MILAZOTO, Felipe Raia; SPERANDIO, Guilherme Stradiotto; SILVA, Mateus Gabriel; BALDASSA, Murilo
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Feliperaia97@gmail.com, Stradiotto_2@hotmail.com, Mate.gabriel@hotmail.com, Murilo_Vine2@hotmail.com,

RESUMO

Portable Speaker é um suporte para celular feito para facilitar a vida de quem gosta de assistir vídeos, filmes e series, com adaptação para diversos modelos (Smartphone e iPhone). Regulável e fácil de transportar, também trás uma novidade, o Alto falante natural, uma caixa amplificadora que reproduz o som do celular mais alto usando somente a acústica do projeto. O projeto foi realizado após perceber a grande quantidade de jovens que deixaram a televisão de lado e agora utilizam o celular para assistir vídeos longos no youtube, filmes e series pelo aplicativo da netflix. É algo inovador no mundo tecnológico, que apesar de suas características básicas em comparação aos avanços diários da tecnologia, mostra que a simplicidade também faz parte das inovações. O público alvo são jovens e adultos, entre a faixa etária de 16 aos 50 anos, que tem como hábito assistir series, filmes e vídeos e até mesmo programas de TV. Com preço acessível para a classe A,B e C. O suporte é feito com Madeira Pinos envernizada, o produto também virá com um opcional, uma haste de aço flexível que permite o cliente usar o suporte em qualquer lugar. Usa-se uma maquina fresadora e um torno mecânico para a confecção da peça (Suporte com o alto falante natural), já a haste flexível, é comprada de um fornecedor, a haste não é fixada no suporte, é somente utilizada como opção do cliente, pode-se utiliza-la através de um imã que já vem nas duas peças. Projeto trata-se de um empreendimento com objetivo bem definido, que consome recursos e opera sob pressão de prazos, custos e qualidade. Além disso, projetos são em geral, considerados atividades exclusivas em uma empresa. Assim, a gestão de projetos pode ser definida como o planejamento, a programação e o controle de uma série de tarefas integradas de forma a fingir seus objetivos com êxito, para o benefício dos participantes do projeto. Dessa forma percebe-se que as empresas passaram a reconhecer a importância da gestão de projetos, tanto para o futuro quanto para o presente.

Palavras-Chave: Análise de projetos. Suporte. Utilidade.

DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO – BOLSA DE PRAIA CRIATIVA

VICENZOTI, Caroline Aparecida, MORAES, Cristiane Aparecida; RIBEIRO, Jaqueline; RIBEIRO, Jéssica; SANTANA, Valéria Hipólito
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
carolvicenzoti@hotmail.com; cris-.moraes@hotmail.com; jaque_17jr@hotmail.com; jessica.jribeiro16@gmail.com; valeria.hipolito@hotmail.com

RESUMO

É grande a preocupação com o meio ambiente e com os processos produtivos das grandes indústrias que podem afetar o ecossistema. Diante disso, surge a ideia de sustentabilidade. Sua definição propõe ações que visam suprir as necessidades dos seres humanos sem agredir o meio ambiente, garantindo o futuro das próximas gerações. O desenvolvimento da sustentabilidade envolve as questões sociais, econômicas e ambientais. Pensando na relevância desse assunto atualmente, foi desenvolvida uma bolsa de praia produzida com material reciclável. O trabalho desenvolvido tem o objetivo de mostrar que qualquer produto pode ser sustentável e que as empresas podem se adequar e investir em práticas de sustentabilidade, pois, além de reduzirem os seus custos, demonstrarão a preocupação com os clientes e a sociedade, gerando credibilidade e preferência pelos consumidores. A bolsa de praia é um acessório muito utilizado pelas mulheres e, indispensável para o passeio à praia, clubes aquáticos, piscinas, etc. Além disso, supre todas as necessidades das consumidoras de carregar os objetos como qualquer outra bolsa, é bonita, tem preço acessível a todas as classes sociais. A metodologia utilizada foi pesquisa exploratória, onde foi realizado o levantamento dos materiais necessários, custo, passo a passo para a produção, fornecedores e clientes. O resultado encontrado foi que a bolsa é um produto sustentável ambientalmente, economicamente e socialmente. Ambientalmente por seu processo produtivo não agredir o meio ambiente. Economicamente por ter baixo custo e socialmente por mostrar às pessoas a importância da reutilização de materiais. Com a bolsa de praia concluí-se que, em todo projeto deve ser levado em conta os fatores de sustentabilidade socioeconômica e ambiental. A humanidade está caminhando para o desenvolvimento sustentável e, junto com as empresas a população deve se conscientizar e reciclar como um processo comum da vida.

Palavra-Chave: Sustentabilidade. Meio ambiente. Reciclagem.

UM ESTUDO SOBRE O USO DE AVALIAÇÕES APOIADAS PELAS TECNOLOGIAS

PEREZ, Leonardo

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

Leonardoperez_sc@yahoo.com.br

RESUMO

A avaliação se consolidou historicamente como parte fundamental do processo de ensino e aprendizagem. Por isso deve ser mais do que uma classificação, tendo como função básica informar e orientar os professores e os alunos nas suas decisões. Partindo do princípio de que a interatividade e o envolvimento ativo dos alunos no processo e na avaliação, contribuem para promover o domínio de procedimentos e a compreensão conceitual através da resolução de problemas, do raciocínio e da argumentação, essa pesquisa desenvolveu um estudo sobre avaliação em que se utilizou de tecnologias como jogos digitais, softwares matemáticos e WebQuest, com alunos do Ensino Fundamental. Para isso, investigou-se uma sequência de ensino sobre ângulos e polígonos elaborada a partir das considerações governamentais oficiais, no que diz respeito ao uso de situações-problema e tecnologia para investigação e avaliação formativa em matemática; e analisamos as contribuições das tecnologias citadas para a avaliação do conceito de ângulo e das principais propriedades relativas a lados e ângulos de polígonos. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa que comparou o desempenho e evolução dos alunos do grupo experimental em comparação com um grupo controle, que não foi exposto à metodologia diferenciada de avaliação com apoio de tecnologias, em uma avaliação diagnóstica, num pré-teste e num pós-teste. A média das notas dos dois grupos na avaliação diagnóstica evidenciou que ambos possuíam os pré-requisitos para a aprendizagem de novos conceitos. A análise de variância mostrou que 32,4% da nota no pós-teste é explicada pela nota da avaliação diagnóstica, reforçando a importância dos conhecimentos prévios pra novas aprendizagens. Os resultados indicaram ainda benefícios do feedback e da autorregulação da aprendizagem promovidos pelas avaliações formativas apoiadas pelas tecnologias, principalmente para os alunos com mais dificuldades de aprendizagem. Consideramos que esses resultados podem oferecer subsídios para melhoria da prática avaliativa de professores de matemática.

Palavras-Chave: Avaliação. Tecnologias. Aprendizagem.

METODOLOGIAS DE ENSINO DO INGLÊS NO BRASIL E NO MUNDO

CABRERA, Gabriel França
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
gabriel30.cabrera@gmail.com

RESUMO

No Instituto GayLussac, que fica em Niterói, crianças e adolescentes recebem um aprendizado diferente da maioria das escolas. Após que a língua portuguesa esteja estabelecida, as crianças recebem contato com a língua inglesa logo após os 4 anos de idade. A diretora pedagógica do Instituto, Luiza Sassi, afirma que especialistas defendem que entre 0 e 6 anos, o cérebro está mais aberto a aprender uma nova língua, instrumento musical e até mesmo esporte, com isso o Instituto inseriu a língua inglesa no ambiente escolar, dando a mesma importância da língua portuguesa, a língua nativa. Na Instituição, a comunicação entre alunos e professores se dá na mistura da língua inglesa e portuguesa no intervalo entre as aulas, em outras matérias, isso mostra a fluência em que a instituição procura, uma imersão cada vez maior do idioma. O Bilíngue Forever, sendo alunos do jardim 2º ao 5º ano é integrado ao International Primary Curriculum (IPC), programa britânico utilizado em mais de 2000 escolas de 92 países. Os alunos do Fundamental 2 (6º ao 8º ano) recebem uma mesma metodologia de ensino aos nativos da língua inglesa, e do 9º a 2º série do Ensino Médio, continuam com a metodologia americana, se formando com uma dupla graduação, brasileira e americana. Com o sucesso obtido, a satisfação dos pais, que perceberam um grande avanço no desenvolvimento dos filhos, a instituição irá abrir em 2018 mais duas turmas de Educação Infantil, para que mais alunos recebem um ensino de qualidade e uma vivência completa do aprendizado do inglês.

Palavras-Chave: Instituto. Inglês. Educação.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: A INFLUÊNCIA DA CULTURA FEMININA EM UMA EMPRESA DO AGRONÉGOCIO

SCOPELLI, Rosana Cristina; MARQUEZ, Gabriela Aparecida
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
rosana@cambuhy.com.br

RESUMO

Dentro de uma perspectiva histórica, social, organizacional e científica é que este trabalho foi desenvolvido, com o objetivo de identificar o comportamento organizacional, sob a perspectiva da influência feminina, em uma empresa agrícola do setor de citricultura, localizada no interior do estado de São Paulo. O estudo da cultura e do comportamento organizacional revela um pouco da influência que a mulher exerce neste contexto ao ser inserida em atividades que anteriormente eram exercidas predominantemente por homens. O estudo de caso único, de abordagem qualitativa, com realização de entrevistas com as colaboradoras, revela os principais indicadores que podem ser observados frente a esta situação, uma vez que a chegada da mulher ao mercado de trabalho foi um marco histórico-social irreversível e que tem ganho expressividade cada vez maior, em função de suas características, apesar das limitações que por vezes não são tão bem vistas pelos gestores, mas que com seu comprometimento e responsabilidade tem conquistado o respeito dos demais funcionários e se estabelecido na função com muita propriedade, segurança e resultados positivos no exercício da profissão.

Palavras-Chave: Cultura organizacional. Mercado de trabalho. Citricultura.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

COLOMBO, Luciléia Aparecida
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
leiacolombo@yahoo.com.br

RESUMO

As políticas públicas apresentam-se como um campo científico em ascensão no Brasil e atualmente é comum ouvirmos nos noticiários e nas manchetes os clamores da população em torno de melhoria para seus bairros, cidades, estados e país. Neste sentido, este trabalho buscará oferecer um panorama geral sobre o desenvolvimento da disciplina de políticas públicas no Brasil e atrelado a ela, explicar acerca do desenvolvimento regional. O Brasil é um país com uma extensão territorial considerável e apresenta um sistema federativo cujos maiores desafios é oferecer um sistema de incentivos para contrabalançar as diferenças regionais observadas entre as regiões que compõe o território: Sul e Sudeste, em uma contraposição com as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Este estudo propõe apresentar quais as principais medidas foram tomadas historicamente para conter tais distorções, utilizando para isso de dados qualitativos e quantitativos. Metodologicamente, o estudo se ampara na base de dados do IPEADATA, com o intuito de oferecer um panorama geral acerca das regiões brasileiras.

Palavras-Chave: Brasil. Desenvolvimento Regional. Desigualdades.

A BUSCA POR RESULTADOS: A CONSULTORIA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA A ORGANIZAÇÃO

MARQUEZ, Gabriela Aparecida
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Gabrielaap.marquez@gmail.com

RESUMO

O ambiente globalizado desafia as organizações para que se reinventem, e através de estratégias preservem a competitividade e atraiam cada vez mais clientes. Neste contexto, as empresas têm recorrido à consultoria como uma ferramenta que as auxilie na gestão do negócio. Assim, o presente estudo teve por objetivo compreender através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo com empresas de setores distintos, como a consultoria pode contribuir para que a empresa atinja seus objetivos. A análise dos dados da pesquisa permite concluir que a consultoria é um segmento que cada vez ganha mais espaço dentro das empresas, que contratam esse tipo de serviço com a finalidade de melhorar os processos já existentes e implantar novos, em qualquer que seja o departamento, o objetivo é traçar planos que levem a organização cada vez mais longe, que a mantenha competitiva no mercado e aumente cada vez mais a sua lucratividade.

Palavras-Chave: Consultoria. Estratégia empresarial. Competitividade.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E SEUS BENEFÍCIOS

FERREIRA, Vanusa Duarte
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
vanusaduartef@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho foi elaborado com a finalidade de mostrar a importância de implementar um Sistema de Gestão da Qualidade em uma organização para a padronização dos seus processos e obter como resultado melhoria contínua e satisfação dos seus clientes. Atualmente ainda existem algumas organizações que não possuem um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e isso gera grande número de reclamações do produto, insatisfação dos clientes e desperdícios. A revisão bibliográfica deste trabalho vem apresentar a evolução do conceito e apresentar as principais ferramentas da qualidade, pois quando são bem utilizadas promovem melhorias nos processos e conseqüentemente nos produtos da organização e apresentar as normas que compõe esse tema. Portanto, é possível produzir com qualidade, sem desperdícios e maior lucratividade, utilizando as ferramentas da qualidade e seguindo os requisitos de padronização, contribuindo assim para a eficiência e eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade.

Palavras-Chave: Gestão da Qualidade. Ferramentas. Normas. Satisfação.

NOVO ESTILO (Departamento Financeiro)

CASTRO, Helena Carolina; BENEDICTO, Matheus de Souza; ARAÚJO, Thais Liriane
Risci Bigal; BIGAL, Rubriana; BUZINARO, Tábata
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
leninhakk@hotmail.com, matheusbenedicto@outlook.com, thaisbigal@gmail.com,
rubrianabigal@hotmail.com, buzinarotabata@gmail.com

RESUMO

NOVO ESTILO é uma loja diferenciada, onde trás as últimas tendências, acompanhando todas as estações do ano. O departamento financeiro da empresa administra os recursos e garante que a empresa possa cumprir seus objetivos, mantendo-se ativa e competitiva e garantindo não apenas lucros imediatos, mas também no longo prazo. Identifica qual o momento propício para se realizar um investimento e ver quais são os lucros e os gastos. Toda rede logística tem certa hierarquia em seu funcionamento, ou seja, uma pirâmide que começa desde o fabricante até o mais baixo cargo dentro da empresa.

Palavras-Chave: Administra. Objetivos. Lucros.

CONTABILIDADE NA EMPRESA

SILVA, Wesley Piloto; SILVA, Douglas Fernando
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
wesleypiloto@icloud.com, douglas.fernando@embraer.com.br

RESUMO

Contabilidade é a ciência que tem por objetivo o estudo das variações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio (conjunto de bens, direitos e obrigações) das entidades. É através dela que é fornecido o máximo de informações uteis, interpretando e informando os fatos contábeis aos donos das empresas que usam como base para as tomadas de decisões. A contabilidade pode ser dividida em contabilidade financeira e empresarial. A contabilidade financeira cuida dos pagamentos entre a empresa e o exterior, e a contabilidade empresarial cuida das técnicas que auxiliam o administrador como, por exemplo, o planejamento tributário. Diante de um quadro de alta carga tributária incidente sobre as empresas, é fundamental que elas procurem por soluções no sentido de minimizar esse impacto. Nesse caso, um serviço contábil ganha ainda mais importância, pois é com ele que a empresa tem condições de realizar procedimentos capazes de reduzir seus custos com tributos sem confrontar a lei.

Palavras-Chave: Interpretação. Visão. Planejamento.



CURSO DE DIREITO

PRINCÍPIOS APLICADOS AO DIREITO DO TRABALHO E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

BLANCO, Adriano

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

adriano_blanco@bol.com.br

RESUMO

Sem a pretensão de esgotarmos o tema, apresentaremos no presente artigo uma visão geral sobre alguns princípios aplicados ao Direito do Trabalho, o Princípio da Proteção e sua aplicação no Direito Processual do Trabalho. O Princípio da Proteção é considerado por muitos autores como um dos mais relevantes, por sua finalidade de proteger o trabalhador, visto com inferioridade diante do empregador, em função de sua dependência deste. Tal princípio não está esculpido apenas nas normas de direito material, pelo contrário, faz-se igualmente presente no direito processual do trabalho. Demonstraremos que o Princípio da Proteção visa especificamente o equilíbrio entre as partes e assim deve ser entendido, fazendo com que todo o sistema seja protecionista e não que haja favorecimento específico aos trabalhadores, demonstrando que o verdadeiro princípio do processo do trabalho é o Princípio da Proteção.

Palavras-Chave: Princípios. Direito do Trabalho. Princípio da Proteção. Direito Processual do Trabalho.

O DESARMAMENTO E SEUS EFEITOS NA SOCIEDADE

BARROS, Christian Boldrini de Freitas
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
boldrini1234@hotmail.com

RESUMO

O tema sobre o desarmamento abordado nesta pesquisa tem como objetivo coletar informações, analisa-las e para assim concluir se o desarmamento de fato trouxe benefícios ou prejuízos a sociedade e ainda sugerir meios para diminuir a criminalidade como um todo. A pesquisa se inicia introduzindo o desarmamento de forma que o leitor tenha conhecimento do que ele é, como e quando foi inserido na lei; mostrar ao leitor como era a aquisição de uma arma de fogo antes do desarmamento; analisa-se a situação atual da segurança pública, apontando seus principais problemas; é realizado uma reflexão sobre os motivos para ter se instaurado o desarmamento e assim saber se o desarmamento cumpriu ou não com seu objetivo; demonstrar o parecer da população sobre o desarmamento através de um referendo realizado em 2005; finalmente chegar a uma conclusão, onde é abordado se o desarmamento cumpriu com seu objetivo ou não e apontar meios de diminuir a criminalidade do Brasil.

Palavras-chave: Desarmamento, Criminalidade, Segurança Pública.

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E PORTUGAL

ZANQUIM JUNIOR, José Wamberto; OLIVEIRA, Celso Maran
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
jwzanquim@yahoo.com.br; celmaran@gmail.com

RESUMO

A preservação, proteção e recuperação dos bens ambientais preocupam o mundo moderno. Os Estados buscam, por meio da proteção jurídica nos diversos aspectos, garantir condições vitais para a manutenção e desenvolvimento das presentes e futuras gerações. Nesse contexto, uma análise comparativa entre os ordenamentos jurídicos brasileiro e português, em especial no tocante à esfera da administrativa ambiental e seus procedimentos, justifica-se pela importância atrelada às questões ambientais e a possibilidade de contribuição quanto a identificação de traços similares e distintivos capazes de incentivar o debate e reflexão acerca dos procedimentos existentes, permitindo sua complementação e aperfeiçoamento.

Palavras-Chave: Responsabilidades ambientais. Procedimento administrativo. Estudo comparado.

O CRIME DE FEMINICÍDIO NO CESÁRIO ATUAL BRASILEIRO

ANTONIOSI, Ana Luiza Vieira
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
ana-antoniosifac@outlook.com

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é analisar a tipificação do *feminicídio* no Brasil, o qual teve introdução no sistema penal brasileiro. Assim, será sucintamente apurado sobre a inserção da circunstância qualificadora, sendo a análise do trâmite da Lei nº 13.104/2015. Tal assunto será debatido com enfoques à Criminologia, ao Gênero e ao Feminismo e seu significado, bem como ao estudo das violências contra as mulheres pelo simples fato de serem mulheres, sendo um crime de total discriminação bem como, manifestação de ódio referente ao gênero. Também será sucintamente relatado do que se trata a Lei Maria da Penha, bem como seus reflexos atuais, o crime de feminicídio e o que a qualificadora trouxe ao atual cenário brasileiro. A Lei que entrou em vigor em 2015, ainda é relativamente nova, desta forma, o assunto de fato ainda está sendo descoberto pela população brasileira e em principal, pelo Poder Judiciário.

Palavras-Chave: Crime. Feminicídio. Lei.

O ABORTO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS E ALGUMAS IMPLICAÇÕES DA DESCRIMINALIZAÇÃO E NA LEGALIZAÇÃO

MATOS, Fernanda Lisboa
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Fernanda.lisboa18@hotmail.com

RESUMO

O artigo vem expressar a forma de como o aborto é tratado no mundo, polêmicas que o assunto causa, bem como as imposições religiosas e suas divergências, de como o aborto são tratadas no Código Penal Brasileiro, perpassando pelo Direito Civil e Constitucional. Culminando assim com algumas considerações a respeito da descriminalização do aborto e seus argumentos e implicações no mundo dos fatos. Como o delito é aplicado no código penal brasileiro e discussões atinentes a sua legalização. E mostrar que é possível a legalização do aborto no Brasil, pois como em outros países já aprovado, esse método não tem aumentado o índice de abortos, no Brasil não seria diferente, muito pelo contrario estaríamos diminuindo a mortalidade de mulheres que procuram métodos clandestinos.

Palavras-Chave: Aborto. Religião. Legalização.

PERSONALIDADE CIVIL

PINOTTI, Ricardo Alexandre
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
xandepinotti@icloud.com

RESUMO

A pesquisa será direcionada ao momento do início da personalidade civil, relativos aos seus direitos personalíssimos, e até quando podem ser afetados.

Palavras-Chave: Direito. Constituição. Brasil.

CONSIDERAÇÕES LEGAIS SOBRE A DISPENSA SEM JUSTA CAUSA DE EMPREGADA GESTANTE

OLIVEIRA, Thiago Correia de
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
oliveira@gmail.com

RESUMO

O estado gravídico ou, agindo de forma propositada, esperando passar todo o período de estabilidade para exercer seu direito visando apenas a indenização. Serão destacados os entendimentos das Varas do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, bem como do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Falar-se-á sobre os fundamentos históricos e jurídicos da estabilidade bem como a sua extensão à mulher gestante. No decorrer da pesquisa será demonstrada a responsabilidade objetiva do empregador, tema já pacificado no meio jurídico, salvo alguns entendimentos contrários. Enfim discutir-se-á a possibilidade da realização do teste de gravidez no desligamento da funcionária em que não seja sabido seu estado gravídico, podendo assim afastar a possibilidade de agressão aos direitos decorrentes da maternidade e de futuras ações trabalhistas.

Palavras-Chave: Estabilidade. Dispensa. Direito.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

ANJOS, Thais Maiara
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
thais.tma92@gmail.com

RESUMO

Os institutos da Recuperação Judicial e Falência são tratados na Lei 11.101/05. Recuperação Judicial é uma das mais importantes inovações da lei, objetivando a melhora da economia no país. Na legislação anterior, Decreto-lei nº 7.661, procurava-se a satisfação pura e simples do credor e havia como foco principal a falência. Hoje o principal objetivo é a Recuperação das empresas que passam por dificuldades momentâneas e que sejam viáveis, fazendo assim a permissão de manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e interesses dos credores. Assim, a economia não sofre tanto quanto sofreria se houvesse a decretação da falência de uma empresa que ainda tem meios de superar a crise. A lei em assunto, apelidada de “nova lei de falências” trouxe importantes modificações no sistema falimentar brasileiro, tornando-o mais flexível e menos burocrático. O presente trabalho tem como intuito, por meio de pesquisa bibliográfica, esclarecer as principais questões em relação a essa lei, desde o início de um processo de Recuperação Judicial até seu término ou convalidação em Falência, esclarecendo os principais pontos e desavenças.

Palavras-Chave: Recuperação. Direito. Finanças.

A INDENIZAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO NAS RELAÇÕES DE FILIAÇÃO

MAGATON, Larissa Reina
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
lreinamagaton@bol.com.br

RESUMO

O presente estudo visa discutir assunto controvertido do ramo de Direito de Família, qual seja, a possibilidade de responsabilizar civilmente o genitor em decorrência do abandono afetivo de sua prole. Acerca desse tema existem dificuldades doutrinárias e divergência de entendimentos entre os tribunais pátrios, por envolver não somente direitos e deveres, mas questões morais e éticas que habitam o consciente de cada ser humano. Nessa senda, necessário se faz estudar a evolução da Família brasileira ao longo dos anos, bem como os princípios norteadores do Direito de Família. Ainda, faz sentido invocar direitos e deveres inerentes ao poder familiar, os quais não se limitam tão somente às obrigações de proteção, assistência material, intelectual, mas também o dever de cuidar dos filhos e de com eles relacionar-se, examinando se a ausência de tais deveres configura ato ilícito, vez que esse é pressuposto para caracterização da responsabilidade civil. Analisa-se o conceito sobre abandono afetivo, o direito à indenização por dano moral e qual sua finalidade, a dificuldade em quantificá-lo e se há responsabilidade civil em virtude do abandono afetivo dos pais em relação a seus filhos e qual a posição doutrinária e o entendimento dos Tribunais sobre o assunto.

Palavras-Chave: Família. Abandono. Indenização.

OS BRICS E O FUTURO

DELFINO, Felipe Catharino
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Felipe22.10@outlook.com.br

RESUMO

BRICS é a sigla de um conjunto econômico formado por cinco países, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Eles ainda não são considerados um bloco econômico ou político como é o caso da União Europeia ou o Mercosul, pois não possuem um estatuto ou registro formal. O BRICS é, portanto, um mecanismo político e internacional de cooperação mútua entre os países integrantes. Porém com as oito reuniões realizadas pelos países é apenas uma questão de tempo até se tornarem um novo bloco econômico e político. Os BRICS possuem 40% da população do mundo, 15% do PIB mundial fora a abundância de recursos naturais que esses países possuem. Então com a formação oficial do bloco isso afetara diretamente as grandes potencias, podendo gerar uma mudança global no futuro.

Palavras-Chave: Bloco. Mudanças. Futuro.

O DANO EXISTENCIAL E SUA RELAÇÃO COM O ACIDENTE DE TRABALHO

GOULART, Lázaro Neto Alves
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
lazaroneoag@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo tem por proposta, precipuamente, auscultar os institutos dos danos imateriais, demonstrando a evolução da responsabilidade civil nesse sentido, destacando-se o dano existencial no ambiente laboral, com enfoque nas vítimas de acidente de trabalho. Nesse contexto faz-se necessário abordar a responsabilidade civil, diferenciando institutos congêneres (dano moral, dano estético e dano existencial), bem como abordar a dignidade humana, os direitos fundamentais e os direitos da personalidade. Depois de feito o estudo sobre a responsabilização civil, buscou-se conceituar o dano existencial, e demonstrar como pode ser aplicado aos empregados vítimas de acidente de trabalho, sem o objetivo de esgotar o tema. Com o estudo, foi possível identificar que diversos são os danos a existência experimentados por obreiros que sofreram acidente de trabalho, assim como analisar os fundamentos jurídicos da responsabilidade civil que podem viabilizar a reparação de tal prejuízo.

Palavras-Chave: Dano existencial. Responsabilidade civil. Acidente de trabalho.

MONITORIA: DIREITO CIVIL – BENS E NEGÓCIOS JURÍDICOS

FERLIN, Amanda Soares
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
ferlin.amanda@gmail.com

RESUMO

Disciplina que cuida do ramo do Direito Civil que estuda a dinâmica dos bens, quais sejam, os objetos materiais e imateriais e as coisas que possuem valor patrimonial, bem como dos negócios jurídicos, que, de modo geral, são manifestações humanas dirigidas à produção de certos efeitos que a lei admite e protege, buscando satisfazer a vontade das partes. Para fins didáticos e técnicos, os bens, como objetos de relações jurídicas, obedecem a uma categorização, assim como os negócios jurídicos também são classificados. Bens podem ser móveis ou imóveis, fungíveis ou infungíveis, consumíveis/inconsumíveis, singulares/coletivos, principais ou acessórios – o atributo que dirá classifica o bem orienta também o tratamento jurídico ou os direitos que recai sobre a coisa. Negócios Jurídicos são regulamentados pelo Código Civil, obedecendo a três planos para que se verifique a plena produção de seus efeitos no mundo jurídico: A) plano da existência – em que se identifica a vontade manifestada, o interesse em um objeto e o envolvimento de pessoas/agentes – todos trabalhando na consecução desse plano; B) plano da validade, em que os elementos de existência do negócio jurídico seguem uma classificação: a vontade deve ser prescrita ou não proibida em lei, o agente deve ser capaz e o objeto de interesse dos agentes deve ser lícito, possível e determinado/determinável. Por fim, C) plano da eficácia, que relaciona os fatores de condição, termo e encargo, que, por sua vez, podem suspender ou destruir os efeitos de um negócio jurídico em razão de evento futuro ou incerto ou mesmo indicar existência certa.

Palavras-Chave: Bens. Negócios Jurídicos.

MONITORIA ESPECIAL

PERLATO, Mateus
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
perlatojunior@gmail.com

RESUMO

Ajudei o aluno Douglas Lopes durante o horário letivo. Auxiliei o mesmo a se locomover pela instituição com a sua muleta, ajudei nos trabalhos feitos dentro e fora da sala... As notas dele aumentou após o mesmo receber acompanhamento.

Palavras-Chave: Acompanhamento. Dedicção. Esforço.

MONITORIA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – TEORIA GERAL DO PROCESSO

VALVERDE, Alessandra Tatiani da Silva
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Alessandra.tatiani@gmail.com

RESUMO

O programa de monitoria tem como objetivo oferecer aos alunos a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento das disciplinas dos cursos e favorecer a participação desses na execução de projetos de ensino e na vida acadêmica. Tal programa busca envolver os alunos em atividades de reforço escolar, como forma de auxiliar os discentes na superação dos problemas de dependência, evasão e falta de motivação nos estudos, incentivando a melhoria do processo ensino-aprendizagem e fortalecendo a relação dos alunos e professores. A monitoria aproxima o estudante do exercício da atividade docente. Ainda, contribui para a melhoria do ensino de graduação e estimula o aprofundamento de estudos e o trabalho cooperativo.

Palavras-Chave: Ensino. Aprendizagem. Desenvolvimento.

MESA REDONDA MONITORIA – PSICOLOGIA

SALTO, Ana Cristina

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

acgandini@gmail.com

RESUMO

A disciplina de Psicologia Forense tem como ementa a interface da Psicologia com o Direito; as áreas de atuação da Psicologia Jurídica; as causas do Comportamento Criminoso; a avaliação psicológica forense; Perícia: o psicólogo como perito e o psicólogo como assistente técnico e Documentos Psicológicos forenses. O objetivo da disciplina é, através do estudo dos temas propostos, criar condições para que o aluno:

- Identifique que, sendo o Direito um curso ligado à área das ciências humanas, é necessário aprofundar o conhecimento nas diversas áreas ligadas ao ser humano (filosofia, psicologia, antropologia, sociologia, etc.), fato esse que pode ser um diferencial no futuro de cada profissional do direito.
- Identifique e descreva a relação existente entre a Psicologia e o Direito, trazendo para isso, elementos introdutórios da Psicologia e também de temas relacionados ao Direito.
- Compreender que, para a busca da Justiça, é necessário que se a sociedade realize o bem estar coletivo, ou seja, a interação entre ambas as disciplinas, as quais compartilham o mesmo objetivo. O conteúdo programático da Psicologia Forense compreende os seguintes temas:
- Psicologia e Psicologia Jurídica: histórico, conceito e definições;
- Interface psicologia, psiquiatria e direito;
- Áreas de atuação da psicologia jurídica;
- Psicologia do testemunho e interrogatório;
- Causas do comportamento criminoso, avaliação psicologia forense;
- Desenvolvimento e vulnerabilidade emocional;
- Psicoses;
- Retardo Mental, doenças orgânicas e degenerativas;
- Transtornos do humor;
- Uso de substâncias psicoativas;
- A personalidade e seus transtornos;
- Crimes sexuais – as parafilias;
- Perícia – o psicólogo como perito e o psicólogo como assistente técnico;
- O perfil criminal. Comissão técnica de classificação. Resposta e elaboração dos quesitos;
- Documentos psicológicos forenses;
- Laudo, parecer e atestados;
- Ética em Psicologia Jurídica. Perspectivas de atuação em psicologia jurídica. A metodologia de ensino da disciplina é composta de aulas expositivas, atividades de discussão e elaboração de textos em grupo, leitura de textos orientadas, visitas de profissionais que atuam na área de psicologia jurídica forense e análise de filmes e estudos de casos.

Palavras-Chave: Psicologia jurídica. Perícia. Laudos psicológicos.

MESA REDONDA: MONITORIA

FURINI, Ana Luiza de Cinque
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
analuzafurini@gmail.com

RESUMO

A monitoria da disciplina de Direito Civil: Obrigações foi realizada através da exploração das dúvidas diante da legislação e dos textos jurídicos expostas pelos alunos, a fim de auxiliá-los na superação das dificuldades com interpretação, entendimento e motivação para os estudos. Tomou-se como base para o saneamento das dúvidas a bibliografia do curso, bem como anotações pessoais feitas em sala de aula, proporcionando explicação em linguagem simplificada e exemplificativa.

Palavras-Chave: Iniciação à docência. Monitoria. Direito Civil.

MESA REDONDA: MONITORIA

CHAGAS, Luciléia

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

ariel.19303@gmail.com

RESUMO

A disciplina de Direito Constitucional tem como ementa: Origem da Constituição, classificação das constituições, poder constituinte, eficácia das normas constitucionais, interpretação e princípios constitucionais, direitos e garantias fundamentais, direitos políticos e nacionalidade. O objetivo da disciplina é, através do estudo dos temas propostos, criar condições para que o aluno, tenha capacidade para compreender a origem, interpretação e aplicabilidade da Constituição Federal e sua importância para o estado. Dotar o aluno de capacidade para ter conhecimento dos direitos fundamentais do ser humano, bem como sua tutela constitucional. Correlacionar os princípios e regras constitucionais com as demais normas do ordenamento jurídicos, sistematicamente. Nesse contexto, abordar a concepção contemporânea das atitudes que levam ao respeito integral da dignidade humana, evitando sofrimentos. Sendo eles: Vida, liberdade, igualdade e segurança pessoal, tendo como características direitos universais e indivisíveis. Dentro do conteúdo programático da disciplina de Direito Constitucional, será tratado dentre outros os seguintes temas: 1. Origem da constituição. Antecedentes (século XII e iluminismo). 2. Classificação das constituições. 3. Eficácia das normas constitucionais. Exequíveis por si sós e não exequíveis por si sós. Outras classificações (plena, limitada e contida). 4. Os direitos fundamentais e direitos humanos. Importância política e jurídica. Liberdade. Direitos. Deveres. 5. Direitos fundamentais: vida, liberdade, segurança e propriedade. Princípios jurídicos: legalidade isonomia, irretroatividade e controle judicial. Direitos individuais e coletivos. Garantias constitucionais. 6. Os direitos humanos no Brasil no século XX. Os direitos humanos e as constituições brasileiras. A constituição brasileira de 1.988, cenário de seu surgimento. 7. Institucionalização dos direitos e garantias fundamentais. 8. O princípio da dignidade da pessoa humana – definição e múltiplas acepções. Durante o período de monitoria não compareceram alunos. Estive presente na sala de atendimento do IMMES à disposição dos alunos. Também foram realizadas reuniões de alinhamento e atividades de acompanhamento da disciplina com o professor Edivaldo Ravenna Picazo.

Palavras-Chave: Origem da Constituição. Classificação das constituições. Garantias fundamentais.

ANÁLISE SOBRE A CONVENIÊNCIA DA REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA SOB A ÉGIDE DOS DIREITOS HUMANOS

NATÁLIA MILAN

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

natalia_milan@hotmail.com

RESUMO

Desde o ano de 2015, quando se iniciaram as implantações gradativas das audiências de custódia nas Comarcas do País, muito tem se discutido a respeito, mormente no que se refere à sua constitucionalidade e conveniência. Isso porque, o Brasil é signatário de diversos pactos internacionais sobre Direitos Humanos e, posto que a apresentação do detido seja feita em até 24h de sua prisão, conforme previsto no Pacto de San Jose da Costa Rica, inicialmente, não há que se rejeitar o instituto da audiência de custódia. Ocorre que, não apenas questões em relação aos direitos humanos devem ser suscitadas. O presente trabalho pretende, portanto, discutir os temas que permeiam tal debate, principalmente a partir da ótica da conveniência de realização das audiências de custódias no que se refere à atuação dos agentes de segurança pública – sobretudo, em relação à Polícia Civil do Estado de São Paulo/SP, Instituição da qual faço parte como servidora pública. Neste sentido, o tema merece atenção tendo em vista não apenas sua atualidade, mas sim, a sua conveniência em relação à expectativa da sociedade em quanto à atuação das Instituições que se encarregam de garantir a segurança e prestação de serviços à comunidade.

Palavras-Chave: Audiência de custódia. Polícia Civil. Direitos Humanos.

ANIMAIS NÃO HUMANO COMO SUJEITOS DE DIREITO

MASALKIENE, Débora Wetterich
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
deborawetterich@hotmail.com

RESUMO

Impacto do anseio de proteção aos interesse dos animais verificar a situação jurídica dos animais inseridos no ordenamento jurídico brasileiro e revelar a discussão do status jurídico dos animais. Seriam eles sujeitos ou objetos do direito? Observou-se que apesar do sistema jurídico brasileiro considerar o animal como objeto do direito, a tutela jurídica destes seres-vivos é bastante relevante e coaduna-se com os princípios do Direito Ambiental e, de fato, com os Direitos Humanos. Os animais continuam sendo considerados como bens no ordenamento jurídico brasileiro, apesar dos avanços a que este alcançou ao longo dos anos. Devido a este status jurídico legislativo, os animais continuam sofrendo atos de maus-tratos e crueldade, no Brasil. Existe motivos concretos que demonstram a necessidade de se proteger aos animais. Busca-se a comprovação da exigência de uma tutela mais efetiva aos animais. E, averigua, com clareza e certeza, se, para alcançar tal proteção, o animal pode ser ou não considerado um sujeito de direitos. Um dos argumentos mais relevantes para a defesa desta concepção é o de que, tal como as pessoas jurídicas ou morais têm direitos de personalidade reconhecidos desde o momento em que registram seus atos constitutivos em órgão competente, podendo comparecer em juízo para defendê-los, também os animais tornam-se sujeitos de direitos subjetivos por força das leis que os protegem. Enquanto isso não acontece, espera-se que seja cumprida a vontade Constitucional, sendo que o Estado, juntamente com a coletividade, possui o dever de defender e preservar o meio ambiente, inclusive da fauna, direito de todos a teor do art. 225, caput, da Constituição de 1988. Nesse contexto, podem o MP, os cidadãos, e/ou entidades protetoras atuar em defesa dos animais, ainda que na condição de objetivo, com o fim de garantir-lhes um "mínimo existencial" de dignidade, com uma existência continuada e livre de sofrimento.

Palavras-Chave: Possibilidade. Sujeito do Direito.

REFLEXÕES SOBRE A MULHER EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE

SILVA, Deyse de Souza
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
mme.dsouza@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa trata da mulher em situação de cárcere. Atualmente, as mulheres presas estão esquecidas, não havendo, portanto, uma ressocialização eficaz, matéria de relevante importância para o Direito, pois as legislações devem atender a demanda, sendo efetivamente aplicadas. A prisão, além de seu caráter punitivo, deve manter seu caráter de ressocialização, de modo que a mulher, após cumprir pena em regime fechado, tenha condições de ser incluída novamente à sociedade. Garantir a dignidade daquelas que estão presas e trabalhar pela sua formação escolar e profissional, contribui para o desenvolvimento de um ser humano melhor, caminhando para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para tal, é necessário, também, pensar nas particularidades da mulher, assegurando que essas sejam respeitadas.

Palavras-Chave: Sistema prisional feminino brasileiro. Prisão. Direitos humanos.

O SEQUESTRO NO CÓDIGO PENAL

SANTOS, Juliano Dias
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
mike.militar@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa científica versa sobre o sequestro, tema este pouco abordado pela mídia, embora seja um crime frequente. Há no ordenamento jurídico alguns crimes onde o sequestro se faz presente. Descrito no art. 148, aquele que priva a liberdade de alguém mediante sequestro ou cárcere privado comete o crime de sequestro. Importante diferenciar sequestro de cárcere privado, embora em ambos a vítima fica privada de sua liberdade, no primeiro sua locomoção é maior, enquanto na segunda a vítima ficaria confinada em local fechado. A pena para o crime de sequestro e cárcere privado é de reclusão de um a três anos; possui a forma qualificada no § 2º onde a pena eleva-se para reclusão de dois a oito anos. O “sequestro relâmpago”, embora não seja utilizada esta terminologia, é uma forma qualificada do crime de roubo onde o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. O sequestro relâmpago pode ser utilizado para facilitação da fuga dos roubadores ou até mesmo para a prática de mais crimes, como por exemplo levar a vítima ao bando para sacar dinheiro. Mais adiante nesta pesquisa há a extorsão mediante sequestro, que significa a privação da liberdade da vítima afim de obter qualquer vantagem como condição ou preço de resgate. É punido com reclusão de oito a quinze anos se cometido conforme o caput, mas possui aumento de penas nas formas qualificadas, a mais severa delas é quando ocorre a morte da vítima, pois o agente cumprirá de vinte e quatro a trinta anos de reclusão. Em 1996 surge a delação premiada inserida no § 4º do art. 159 pela lei 9.269/96, que visando a solução do sequestro, oferece ao delator participante do crime em concurso de agentes, a chance de oferecer a autoridade forma de obter a localização da vítima e dos outros participantes do crime. Ele será beneficiado pela redução de um a dois terços da pena. A legislação vigente ignora a motivação que o delator teve para levar ao conhecimento da autoridade o local do possível cativo.

Palavras-Chave: Sequestro. Crime. Penal.

ASPECTOS GERAIS DA RESSOCIALIZAÇÃO NO BRASIL

SABADOTO, Ariane Caroline
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
arianesabadoto@hotmail.com

RESUMO

A situação das penitenciárias no Brasil atualmente é catastrófico, cadeias e presídios superlotados, em condições degradantes, o que afeta toda uma sociedade que recebe os indivíduos que saem desses locais da mesma forma como entraram ou até piores. Durante muitos anos reinou um ambiente otimista, predominando a firme convicção de que a prisão poderia ser um instrumento idôneo para realizar todas as finalidades da pena e que, dentro de certas condições, seria possível reabilitar o delinquente. Calha atualmente uma atitude pessimista, que já não tem muitas esperanças sobre os resultados que se possa conseguir com a prisão tradicional. Abundantes são as críticas a respeito da condição carcerária brasileira, muitas são as discussões a cerca da sua eficácia. Diante deste cenário, tentamos contribuir com nosso olhar, ainda que de forma acadêmica, evidenciando as mudanças, indicando possíveis alternativas de solução, sem esgotar o complexo tema que tem despertado inúmeras manifestações principalmente na sociedade brasileira, que clama por mudanças imediatas.

Palavras-Chave: Ressocialização. Penitenciárias. Sociedade.

RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURIDICAS DE DIREITO PRIVADO NOS CRIMES AMBIENTAIS

BUENO, Leonardo Augusto
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Bueno.a.leonardo@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa trata da responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito privado, seus representantes legais, diretores, gerentes e mandatários em geral, na medida de seus atos, nos crimes ambientais no âmbito da Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. A Constituição Federal de 1988, dispõe de um capítulo (VI) que trata das questões ambientais, estabelecendo diretrizes acerca da proteção do meio ambiente, objetivando o crescimento sustentável da sociedade. A carta magna traz, no referido capítulo, a questão da responsabilidade penal ambiental das pessoas jurídicas, demonstrando a valoração dada pelo legislador constituinte às questões ambientais, em detrimento das atividades econômicas das organizações empresariais. Portanto, a preocupação com o meio ambiente demonstrada pela Constituição Federal brasileira de 1988, suas definições e diretrizes, culminadas com a severidade penal da lei 9.605 de 1998, cria um cenário socioeconômico nacional substancialmente preocupado com os impactos ambientais de suas atividades. Neste cenário, buscou-se contribuir, ainda que com uma visão meramente acadêmica, para o estudo da responsabilidade penal das pessoas jurídicas de direito privado nos crimes ambientais, além importância desta ferramenta legal punitiva e inibidora, assim como sua eficiência, sem esgotar o complexo tema, demasiadamente explorado pelo mundo doutrinário.

Palavras-Chave: Responsabilidade. Dano ambiental. Pessoa jurídica.

BIOTECNOLOGIA E AS RELAÇÕES ÉTICAS E JURÍDICAS

SILVA, Amanda Daniela Ferreira
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
aammaattoss@gmail.com

RESUMO

A evolução da biotecnologia e engenharia genética tem como resultado inúmeras consequências para o meio ambiente no qual o ser humano encontra-se inserido, portanto tais atividades devem ser submetidas à regulamentação decorrentes do biodireito, que, por sua vez, deve sempre ser elaborado através da efetiva observância dos direitos fundamentais. Pois o uso inadequado dessas técnicas científicas, que tem como objetivo modificar a constituição dos organismos, pode resultar em danos irreparáveis para o meio ambiente e à saúde humana. Por outro lado sua utilização de maneira correta pode trazer grandes benefícios à humanidade, com os resultados em áreas como o combate a doenças e o melhoramento na produção de alimentos. Dessa forma deve se lutar pela busca de uma legislação adequada para as pesquisas genéticas. Dessa maneira, em face das implicações jurídicas decorrentes destas experimentações científicas, é fundamental o dever do direito atuar no campo das biociências através do ramo do biodireito, buscando equilíbrio nessa relação devendo sempre se basear nos princípios traçados pelos Direitos Fundamentais. Portanto este trabalho visa tratar dos impactos das técnicas científicas desenvolvidas atualmente no campo da medicina, tendo como foco principal sua relação ética e moral com os direitos humanos. Desta forma, pretende-se ressaltar as mudanças trazidas pela biotecnologia, avaliando possibilidades e limitações do ordenamento jurídico, que visa não somente regular de forma definitiva um aspecto da realidade, mas também compreender o problema antes de um pronunciamento perante a sociedade. Pois a preocupação com a dignidade humana tem grande peso historicamente no meio jurídico, e o avanço da biotecnologia traz questões relevantes a respeito dos princípios jurídicos, filosóficos e religiosos. O trabalho visa, portanto, abordar os impactos que os avanços das técnicas científicas no campo da medicina geram no direito fundamental à vida e a dignidade da pessoa humana.

Palavras-Chave: Engenharia genética. Biodireito. Bioética.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – LEI MARIA DA PENHA

MARIA, Paloma Nayara
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Paloma_miuka_@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa aborda a lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, mais conhecida como a Lei Maria da Penha. Com a lei 11.340/2006, novos mecanismos para defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar foram implantados, a fim de proporcionar a vítima maior proteção por parte do Estado. Serão abordados nesta pesquisa, temas relacionados à Lei nº 11.340/2006, bem como o atendimento da autoridade policial à vítima, à possibilidade de se retratar da representação oferecida, os casos que impossibilita a vítima se retratarem, por conta da ação penal que é aplicada, à prisão em flagrante e à prisão preventiva do agressor, à atuação do Ministério Público e por fim as Medidas Protetivas de Urgência. As Medidas Protetivas de Urgência foram criadas e o seu deferimento pelo juiz responsável, traz a mulher efetiva resposta estatal, com a finalidade do afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, e nos casos de descumprimento das medidas de proteção deferidas, poderá acarretar a prisão do agressor.

Palavras-Chave: Violência Doméstica. Lei Maria da Penha. Medidas Protetivas de Urgência.

GUARDA COMPARTILHADA

ORRICO, Rodrigo

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

rodrigoorrico@gmail.com

RESUMO

O presente artigo terá como foco a guarda compartilhada, expondo genericamente o tema, analisando principais aspectos do instituto da guarda no todo, mostrando a evolução do direito de família ao longo dos tempos, desde o pátrio poder, presente na Roma antiga, onde tinha-se o direito absoluto do pai sobre a família, até sua transformação em dever para com os filhos, dividido entre os genitores, por fim, abordando a inovação da guarda compartilhada, que através da busca pelo melhor interesse do menor, trouxe ao ordenamento jurídico pátrio, uma maior e melhor base de criação da família, o bem estar afetivo e material, e uma participação mais abrangente dos pais na vida de seus filhos, independente da ruptura na união conjugal. Tomar-se-á como base a constituição federal, código civil e a lei 13.058/2014, que veio para revitalizar o instituto já existente desde 2008, reforçando atenção para algumas questões que deixaram de ser analisadas pelo legislador, bem como pelos próprios genitores, no momento da fixação da guarda, após a dissolução da vida conjugal. Com isso, o instituto da guarda compartilhada será analisado, em breves considerações, a fim de compreendermos sobre origem, vantagens e desvantagens e principais aspectos na prática.

Palavras-Chave: Direito. Guarda Compartilhada. Família.

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

COSTA, CLAUDIA ANDRADE
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
claudia@aliancacont.com.br

RESUMO

O presente trabalho que apresentaremos será de forma simples e didática como cumprir com uma obrigação anual imposto de renda pessoa física, que alguns contribuintes tem anualmente, como entregar sua obrigatoriedade.

Palavras-Chave: Imposto de Renda. Rendimentos. Obrigatoriedade.

ALIENAÇÃO PARENTAL: ASPECTOS PSICOLÓGICOS DE QUEM SOFRE, À LUZ DO DIREITO

POLITO, Gabriella Falcai
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
gabriellafalcai@hotmail.com

RESUMO

Trabalho destinado a elucidar a existência de efeitos maléficos relacionados à criança que está sob a influência da alienação parental, bem como identificar os atos geradores dessa prática relacionada ao alienante e alienado, que ocasiona, por vezes, a Síndrome da Alienação Parental, elencando as consequências prejudiciais ao desenvolvimento da criança, além dos prejuízos sociais, cognitivos, dentre outros, sob o foco jurídico e psicológico. Busca-se realizar abordagens sobre as consequências trazidas por tal conduta, sob o aspecto psicológico de quem sofre, à luz do Direito, relacionando as condutas prejudiciais ao desenvolvimento da criança, e a respectiva sanção jurídica, esclarecendo a importância desta, trazendo orientações que possam contribuir para a menor incidência de casos, bem como realizar o diagnóstico em situações que aparentemente, não se mostram prejudiciais, mas que podem afetar o desenvolvimento em todas as esferas de quem se torna vítima. Para consecução destes propósitos, são utilizadas pesquisas bibliográficas da literatura acadêmica acerca do tema em tela.

Palavras-Chave: Alienação Parental. Síndrome da Alienação Parental.

ATOS NOTARIAIS: ABERTURAS DE CARÕES DE ASSINATURA, AUTENTICAÇÃO E RECONHECIMENTO DE FIRMA

LAZARETI, Vinícius Abraão
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Vinithos@hotmail.com

RESUMO

Nesta iniciação será apresentado o significado destes e sua segurança após serem feitos em cartório.

Palavras-Chave: Assinatura. Cartório. Segurança.

SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL SOBRE A PERSPECTIVA DO DIREITO DA FAMÍLIA

CAVICHIONI, Bianca; SALTO, Ana Cristina Gandini
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
acgandini@gmail.com

RESUMO

As modificações trazidas pela Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, no conceito jurídico de capacidade civil, trouxeram importantes consequências que serão sentidas por toda a sociedade, tendo em vista que as pessoas com deficiência possuem agora um permissivo jurídico para a inclusão social efetiva, como também liberdade para tomar suas decisões como qualquer cidadão. No entanto, para a efetivação plena dos direitos conferidos pelos novos parâmetros jurídicos, a sociedade e o judiciário devem estar preparados para excluirmos as barreiras sociais e ideológicas existentes quando o tema é incapacidade civil. A presente teve como objetivo, através de vasta análise e estudo bibliográfico do direito pátrio, em obras de juristas e pesquisadores que tratam sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tendo como parâmetro o Código Civil, analisar as recentes alterações normativas quanto à capacidade civil das pessoas com deficiência, visando demonstrar a viabilidade da inclusão social e do amplo acesso à cidadania em condições de igualdade. Falar-se-á sobre a Lei Brasileira de Inclusão e o Código Civil de 2002 comparando o conceito de capacidade civil vigente antes da entrada em vigor da LBI, notadamente quanto aos direitos das pessoas enfermas ou com deficiência intelectual que não eram autorizadas a exprimir sua vontade de forma válida, consideradas que eram absolutamente incapazes, bem como das pessoas com deficiência intelectual, que o Direito Civil estigmatizava com a expressão “discernimento reduzido”, considerando-as como relativamente incapazes e exigindo que fossem representadas ou assistidas nos atos jurídicos e nos atos da vida civil. Não obstante, realizar-se-á melhor análise quanto aos direitos e obstáculos frente à Lei 13.146/2015, tendo como parâmetro a Constituição da República Federativa do Brasil, propulsora de direitos individuais. Desta forma, pretende-se provocar reflexões contributivas para o aprofundamento do debate sobre a construção de uma sociedade inclusiva, auxiliando na busca de afirmação e efetivação do direito a dignidade humana. Tudo, com vistas a demonstrar formas de se levar à realização prática de garantias legais que somente agora foram conquistadas por aqueles que durante milênios da História Ocidental estiveram excluídos, à margem da sociedade.

Palavras-Chave: Lei Brasileira de Inclusão. Deficiência. Capacidade Civil.

FLEXIBILIDADE DO PROCEDIMENTO

VALVERDE, Alessandra Tatiani da Silva
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
alessandra.tatiani@gmail.com

RESUMO

O projeto pretende por meio de pesquisa bibliográfica, nos doutrinadores do direito, em site e pesquisadores que tratam sobre o tema: Flexibilidade do Procedimento, compreender essa novidade trazida pelo novo CPC. Enfatizar as principais mudanças trazidas pelo novo código, buscando respostas sobre indagações pertinentes que buscam esclarecer dúvidas sobre o conteúdo que pode ou não ser convencionado entre as partes, prazos e suas alterações e sobre tudo se a norma é benéfica para o nosso ordenamento a curto e longo prazo. Desta forma, pretende-se provocar reflexões contributivas para o aprofundamento do debate sobre a essa importante novidade trazida pelo novo código de processo civil.

Palavras-Chave: Rigidez. Flexibilidade. Procedimento.

ANÁLISE DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (Lei nº 13.146/2015) FRENTE AO DIREITO CIVIL

SALTO, Ana Cristina
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
acgandini@gmail.com

RESUMO

As modificações trazidas pela Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, no conceito jurídico de capacidade civil, trouxeram importantes consequências que serão sentidas por toda a sociedade, tendo em vista que as pessoas com deficiência possuem agora um permissivo jurídico para a inclusão social efetiva, como também liberdade para tomar suas decisões como qualquer cidadão. No entanto, para a efetivação plena dos direitos conferidos pelos novos parâmetros jurídicos, a sociedade e o judiciário devem estar preparados para excluirmos as barreiras sociais e ideológicas existentes quando o tema é incapacidade civil. A presente teve como objetivo, através de vasta análise e estudo bibliográfico do direito pátrio, em obras de juristas e pesquisadores que tratam sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tendo como parâmetro o Código Civil, analisar as recentes alterações normativas quanto à capacidade civil das pessoas com deficiência, visando demonstrar a viabilidade da inclusão social e do amplo acesso à cidadania em condições de igualdade. Falar-se-á sobre a Lei Brasileira de Inclusão e o Código Civil de 2002 comparando o conceito de capacidade civil vigente antes da entrada em vigor da LBI, notadamente quanto aos direitos das pessoas enfermas ou com deficiência intelectual que não eram autorizadas a exprimir sua vontade de forma válida, consideradas que eram absolutamente incapazes, bem como das pessoas com deficiência intelectual, que o Direito Civil estigmatizava com a expressão “discernimento reduzido”, considerando-as como relativamente incapazes e exigindo que fossem representadas ou assistidas nos atos jurídicos e nos atos da vida civil. Não obstante, realizar-se-á melhor análise quanto aos direitos e obstáculos frente à Lei 13.146/2015, tendo como parâmetro a Constituição da República Federativa do Brasil, propulsora de direitos individuais. Desta forma, pretende-se provocar reflexões contributivas para o aprofundamento do debate sobre a construção de uma sociedade inclusiva, auxiliando na busca de afirmação e efetivação do direito a dignidade humana. Tudo, com vistas a demonstrar formas de se levar à realização prática de garantias legais que somente agora foram conquistadas por aqueles que durante milênios da História Ocidental estiveram excluídos, à margem da sociedade.

Palavras-Chave: Lei Brasileira de Inclusão. Deficiência. Capacidade Civil.

CRIMES CIBERNÉTICOS – CRESCIMENTO DOS INCIDENTES VIRTUAIS NO BRASIL

SANTOS, Débora Leticia Bezerra
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
deborasociety@gmail.com

RESUMO

Enquanto a média mundial de ataques aumenta cerca de 38%, no Brasil os registros chegam a 274%, segundo a consultoria PwC. Os riscos são reais desde usuários comuns a empresas e governos. Num contexto de um mundo cada dia mais globalizado, em que as fronteiras são facilmente ultrapassadas através de teclas e telas, ataques em massa como o sofrido pelo sistema do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 12 de Maio de 2017, mostram que nem os mais sofisticados sistemas de segurança estão imunes aos ataques destes cibercriminosos que praticam desde ataques em massa a roubos milionários. Os ataques são reais e, apesar de pouco divulgados quando contidos, estão acontecendo neste exato momento. Estimativas apontam um prejuízo mundial de até US\$ 6 trilhões anuais nos próximos três anos. E o Brasil tem participação significativa nesse cenário. Segundo pesquisa do IBGE voltada para o uso e posse da população à tecnologia, de 2015, revelou que 58% dos brasileiros, (102 milhões de pessoas), teriam acesso à internet. Num mesmo período, softwares de antivírus, como por exemplo, o Avast, mostrou que, apesar da inserção da população no mundo digital, uma média de 81% destes não possuem conhecimentos básicos sobre comportamentos seguros na internet, facilitando os ataques com o uso de senhas fáceis dos roteadores e redes sociais, dentre outros comportamentos. Vemos que grandes empresas procuram fazer constantes campanhas de conscientização a respeito do uso da internet, com hiperlinks recebidos nos e-mails corporativos. As novas tecnologias vêm como um parque de diversões cheias de novidades e são responsáveis pela ruptura nas formas de comunicações e interações humanas, permitindo comunicações em tempo real, com qualidade técnica e demonstrando em muitos casos uma eficiência intuitiva, permitindo seu uso por pessoas com um menor grau de instrução, como crianças e idosos, dada a sua facilidade de acesso, e é aí que moram os riscos, pois pessoas mal intencionadas se aproveitam destas para causar prejuízos cada vez maiores a essas pessoas. Os meios e plataformas de acessos utilizados se modificam para atingir principalmente as novas tecnologias, como smartphones e tablets, que geralmente são menos protegidos.

Palavras-Chave: Crimes-Cibernéticos. Incidentes-virtuais. Cibercrimes. Brasil.

DIREITO AUTORAL: DO CRIADOR OU DO CONSUMIDOR

OLIVEIRA, Joemir Antonio Pinotti
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
joemirpinotti@uol.com.br

RESUMO

O Direito Autoral está intrinsecamente ligado ao contexto da história da civilização do homem. Dos primeiros rabiscos nas cavernas, nos seus primeiros instrumentos de sobrevivência, até as obras de arte em todos os níveis, que o caracterizaram e o diferenciaram como animal pensante e admirador da música, do teatro, da poesia, e de todas as manifestações culturais, individuais ou coletivas que registraram uma época e uma circunstância de sua vida. Os meios modernos de comunicação, cada vez mais rápidos, socializaram as manifestações artísticas na chamada ‘globalização’ do pensamento humano e da forma com que traduz ou expressa sua sensibilidade. É de se pensar nos limites da criação, entre o mundo particular do criador de um sonho, e a sua influência e os seus efeitos nos modismos, cuidando da propriedade intelectual de sua obra. O Direito Autoral, na sua tradução e significados descreve uma trajetória importante, paralela à evolução do homem, em suas mais variadas fases, sejam políticas, sejam religiosas, sejam místicas, sejam alimentadas pelo padrão monetário definido pelo poder, que ao longo da história se propôs proprietário do pensamento humano. As entidades representativas, cobradoras dos Direitos, contam parte dessa história.

Palavras-Chave: Autor. Consumidor. Direitos.

ABORTO

Táisa Thamyris Pereira
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
taisathamyris@bol.com.br

RESUMO

Devido a vários pontos de vista, o aborto é motivo de muita discussão entre uma delas é a relação do aborto com a religião, pois na maioria delas condena esse ato. Em alguns países o aborto é legalizado, porém aqui no Brasil é visto como crime, exceto quando há risco de morte da mãe, quando é resultado de estupro ou se o feto for anencéfalo. Existem três tipos de aborto, o primeiro é o aborto espontâneo, ocorre quando a gravidez é interrompida sem que seja por vontade da mulher. O segundo é o aborto induzido, ocorre quando acontece um procedimento para interromper a gravidez em casos que esteja de acordo com legislação em vigor e o procedimento é feito por médicos experientes e em condições adequadas. O terceiro é o aborto ilegal, que é a interrupção da gravidez e o motivo não esteja apresentado na legislação em vigor, ou quando o procedimento é feito em locais inadequados, como acontece com o aborto clandestino e acaba trazendo riscos a saúde da mulher. Hoje em dia a gravidez indesejada é um dos casos que levam mulheres fazerem abortos clandestinos, porém poucas se alertam aos riscos de saúde que esse ato tem como consequência, em algumas vezes levando a óbito.

Palavras-Chave: Saúde. Brasil.

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE NO MUNICÍPIO DE MATÃO

MATUISKI, Carlos Eduardo Futra
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
eduardomatuiski@hotmail.com

RESUMO

Incurção pelos caminhos do Programa Nacional de Merenda Escolar, traçando um diagnóstico sobre a eficiência e eficácia desta Política Pública, seja pela sua grandeza em repasses financeiros, abrangência territorial absoluta, universalidade do Programa e atendimento alimentar aos milhões de estudantes do Brasil, nascida com a obrigatoriedade da compra de 30% dos repasses em favor da Agricultura Familiar. As pesquisas anteriores realizadas em escala Nacional, nos Estados e nos Municípios brasileiros, possibilitaram a construção de um quadro comparativo das estratégias e boas práticas e dos entraves e desafios que ainda precisam ser superados pelos gestores municipais na busca do atingimento da meta. O recorte territorial do nosso trabalho é o PNAE no município de Matão, traçando o perfil e a participação da Agricultura Familiar Local no processo de Chamada Pública, acompanhando as estratégias que foram e vem sendo implantadas. Dados consolidados (2010/2015) demonstraram a dificuldade do gestor em atingir a meta determinada pelo Programa, sendo necessária uma readequação dos cardápios que substituíam produtos que não são da AF local ou regional. Verificou-se ainda que nos primeiros anos das Chamadas Públicas não houve a criação de uma agenda institucional que procurasse aproximar o ente público e os agricultores, ações que foram implantadas ao longo de 2015, com a realização do I Encontro da Agricultura Familiar, promulgação da Lei da Feira do Produtor Rural, além do forte incentivo de criar entre os produtores o espírito de organização, culminando com a criação de uma Associação que abriga produtores da cidade e do assentamento do Complexo Monte Alegre, ações políticas que já surtiram efeito quando da realização das Chamadas Públicas de 2016, que, pela primeira vez atingiu o índice de 27,79% de compra com AF, dos quais 24,98% foram contratados efetivamente com a AF Local.

Palavras-Chave: PNAE. Agricultura Familiar local. Fortalecimento.

MANDADO DE SEGURANÇA

POSSEBON, Lucas; PINOTTI, Maria Eduarda; SOLER, Isabely; ARAÚJO, Nádía;

GIMENEZ, Luiz; SOUSA, Clara

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

clbeatrizsousa@gmail.com; isabelysoler@gmail.com;

lucaspossebon2000@hotmail.com; duda_pinotti@outlook.com;

luigimenez@hotmail.com; nadiafernanda62@hotmail.com;

iamara.guerra@agiplan.com.br; joaovitorsilva.3172@gmail.com;

RESUMO

Será abordado desde sua definição até sua aplicação prática no dia-a-dia. A história do mandado de segurança no Brasil, mandado de segurança coletivo, efeito preventivo, direito líquido e certo, prazo decadencial de impetração liminar em mandado de segurança, etc.

Palavras-Chave: Mandado. Segurança. Judicial.

COMO ELABORAR UMA SENTENÇA JURÍDICA

BRITO, Cássia Daiane de Paiva; PEREIRA, Lídia; BIONDI, Raquel Negreiros;
COSTA, Renata Roza; COSTA, Thales de Sousa
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
cassiadaianebrito@outlook.com, lldiah_@hotmail.com,
raquel.negreiros@hotmail.com, renta.roza@gmail.com, thalesdesousa@yahoo.com.br

RESUMO

O juiz deverá dizer o direito de forma que expresse não somente sua vontade como entendimento da lei mas também a do Estado que o investe nesta função. Para isso deverá sentenciar o processo sob pena de sofrer punição caso não o faça. A sentença é um instrumento pelo qual o juiz encerra uma instância de um processo judicial seja ela, com ou sem a resolução do mérito. Para isso, é preciso ser considerado alguns elementos essenciais previstos, por exemplo, no Art. 489 (NCPC) que são: • O Relatório, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências existentes no andamento do processo; • Os Fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito; • O Dispositivo, o qual o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeteram.

Palavras-Chave: Sentença. Homologar. Judicial.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PETIÇÃO INICIAL NO PROCESSO CIVIL

BIGAL, Ana Carolina; MATOS, Fernanda Lisboa; FINENCIO, Raphael Henrique;
RIBEIRO, Letícia; VENDRAME, Nicole
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Fernanda.lisboa18@hotmail.com

RESUMO

A petição inicial é ato formal que inaugura o processo, sendo, portanto, o marco inicial deste, que consagra, ademais, o Direito de Ação constitucionalmente assegurado no art. 5º, XXXV, CF. Em regra, deve ser escrita no vernáculo (art. 156, CPC), datada, assinada e apresentada na forma física ou eletrônica, admitindo-se a postulação oral em situações autorizadas por lei (Juizados Especiais Cíveis: art. 14, Lei nº 9.099/99; pedido de concessão de medidas protetivas de urgência em favor da mulher que se afirma vítima de violência doméstica ou familiar: art. 12, Lei nº 11.340/2006 e; no procedimento especial da ação de alimentos: art. 3º, § 1º, Lei nº 5.478/68). A oralidade, contudo, é efêmera, porque a postulação levada a efeito sob tal forma é reduzida a termo, isto é, à forma escrita, quase que instantaneamente pelo auxiliar da justiça responsável.

Palavras-Chave: Processo civil. Petição.

CONTESTAÇÃO

DELFINO, Felipe Catharino; BONONI JUNIOR, José Valentim; LIMA, Vinícius V.
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
Felipe22.10@outlook.com.br

RESUMO

É uma das modalidades processuais de resposta comum, pois é através da contestação que o réu impugna o pedido formulado pelo autor da ação, defendendo-se no plano do mérito direta ou indiretamente. É através da contestação que o réu apresentará defesa sobre o próprio mérito da ação caso a contestação não seja apresentada no prazo legal, ocorrerá a revelia, cujo efeito é a presunção de que são verdadeiros (presunção relativa) os fatos alegados pelo autor na petição inicial.

Palavras-Chave: Resposta. Defesa. Revelia.

PEÇA JUDICIAL – PROCURAÇÃO

COSTA, Ana Carolina Lucio; RODRIGUES, Ariel Silas; SANTOS, Camila da Costa;
DIAS, Daianny dos Santos; BENITTE, Lucas Miguel; SILVA, Stéfani Cristina
Flamino; PEREIRA, Taisa Thamyris;
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
anacarolcosta98@hotmail.com, ariel.rodrigues5@etec.sp.gov.br,
camilacostadrt@gmail.com, daiannys12@gmail.com, lucasmbenitte@gmail.com,
stefani_flamino@hotmail.com, taisathamyris@bol.com.br

RESUMO

A procuração é um instrumento o qual uma pessoa fornece poderes a outra. É necessário constar a identificação e profissão das partes. Abaixo do texto deve constar o local, a data e a assinatura do outorgante. É possível sua revogação a qualquer momento.

Palavras-Chave: Procuração. Outorga. Revogação.

HABEAS CORPUS – ESPÉCIES

MATOS, Joelma, SANTOS, Marcos Antonio
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
joelmastos35@hotmail.com

RESUMO

Se, em tempos pretéritos, havia múltiplas ordens de habeas corpus, como retratado no item anterior, atualmente, há basicamente duas: a) liberatório, que é o mais comum, dizendo respeito à cessação do constrangimento ilegal contra a liberdade individual, já consumado; atua em relação a qualquer espécie de coação já realizada, buscando retornar o coato à situação anterior de plena liberdade; b) preventivo, mais raro, referindo-se à ordem de cautela, visando a assegurar que determinada potencial coação não ocorra. Quando liberatório, a concessão da ordem de habeas corpus leva à expedição de alvará de soltura (libertar quem está indevidamente custodiado) ou gera um ofício, contendo uma ordem, enviado à autoridade coatora para que o constrangimento cesse de imediato (trancamento de uma investigação, por exemplo). Se for preventivo, a concessão da ordem acarreta a expedição do mandado de salvo-conduto, consistente em ordem judicial para que o ameaçado não venha a sofrer qualquer constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção. Exemplo concreto disso já ocorreu, quando prostitutas, na cidade de São Paulo, impetraram habeas corpus contra certo delegado, que costumava determinar o seu recolhimento ao cárcere por vadiagem, a pretexto de “limpar” o centro da cidade. Deferida liminarmente a ordem, expediu-se o salvo-conduto, de modo que as beneficiárias não mais podiam ser detidas, a não ser em flagrante delito, por situação diversa de vadiagem. Pode expedir, ainda, uma ordem preventiva, para que alguém não se submeta a determinado ato, considerado abusivo (exemplo: impedir o indiciamento de um suspeito, nos autos do inquérito policial).

Palavras-Chave: Liberdade. Direito. Concessão.

MEMORANDO, O QUE É E COMO DEVE SER FEITO?

BARROS, Christian Boldrini; DANIEL, Ricardo; MARGUTI, Henrique; SILVA, Larissa Maria; BESSI, Mariana; GONÇALVES, Gabriel Galhardo; MAZZONI, Leonardo Quaresma
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
boldrini1234@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa a ser abordada, mostrará o que é um Memorando, sua utilidade, como pode ser feito e em qual situação ele é utilizado.

Palavras-Chave: Linguagem. Memorando. Esquema.

REQUERIMENTO: SIMPLES E COMPLEXOS

LOPES, Douglas Roberto; RAMALHO, Jennifer Diane; CASTILHO, Juliana;
FERREIRA, Larissa Natieli da Silva; PERLATO, Mateus Perlato; SILVA, Paulo
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
larissalerryssf@gmail.com

RESUMO

O requerimento é um documento em que uma pessoa física ou jurídica faz uma solicitação a uma autoridade e espera que a mesma seja deferida, ou seja, aprovada ou aceita. É considerado um dos documentos mais formais, sendo sempre direcionado a quem está apto a atender determinada solicitação, como um órgão público, um diretor de escola, reitor de universidade, dentre outros. É um documento específico com apoio legal, que pode ser simples ou complexo, o qual um indivíduo faz seu pedido por escrito a uma autoridade competente de um direito que acredita possuir com o objetivo de deferimento. O requerimento pode ser Judicial ou Extrajudicial, devendo ser redigido em 3ª pessoa em linguagem formal e impessoal.

Palavras-Chave: Direito. Brasil.

CONTRATO DE LOCAÇÃO URBANA

FRANCISCO, Ruberlei Aparecido
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
rubaimoveis@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do presente artigo, é apresentar o contrato de locação, na conhecida como lei do inquilinato, e suas alterações. As alterações na lei 8245/91, as mudanças, veio confirmar decisões jurisprudenciais firmadas ao longo do tempo. Também a importância desse instrumento nas relações de locação, e sua representação nas atividades mercantis, e o princípio que regem os contratos e suas características, respeitando os direitos e deveres de cada uma das partes envolvidas.

Palavras-Chave: Contrato. Locação. Lei.

LEI MARIA DA PENHA: A (IN)EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS

GOMES, Enara Mariela

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

Enara.mariela@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar a Lei Maria da Penha, focando a ineficácia das medidas protetivas. Estudo que motivou por conta da violência diária contra a mulher que tomou conta do nosso dia a dia, onde ligamos a televisão e temos conhecimento de inúmeros fatos que mesmo depois de sido interposto judicialmente o desfecho é triste possibilitando o agressor concluir sua vontade. Desfechos que são concluídos pelas lacunas das medidas protetivas e pela falta de apoio judicial, onde novos crimes se efetivam ficando a mulher desprovida de efetiva proteção. Buscamos assim diante de tantas falhas nas medidas de urgência, soluções efetivas para que realmente depois de dar ciência a justiça, fique a mulher segura e sanado seu sofrimento.

Palavras-Chave: Violência. Mulher. Medidas protetivas.

A INDENIZAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO NAS RELAÇÕES DE FILIAÇÃO

MAGATON, Larissa Reina

Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES

lreinamagaton@bol.com.br

RESUMO

O presente estudo visa discutir assunto controvertido do ramo de Direito de Família, qual seja, a possibilidade de responsabilizar civilmente o genitor em decorrência do abandono afetivo de sua prole. Acerca desse tema existem dificuldades doutrinárias e divergência de entendimentos entre os tribunais pátrios, por envolver não somente direitos e deveres, mas questões morais e éticas que habitam o consciente de cada ser humano. Nessa senda, necessário se faz estudar a evolução da Família brasileira ao longo dos anos, bem como os princípios norteadores do Direito de Família. Ainda, faz sentido invocar direitos e deveres inerentes ao poder familiar, os quais não se limitam tão somente às obrigações de proteção, assistência material, intelectual, mas também o dever de cuidar dos filhos e de com eles relacionar-se, examinando se a ausência de tais deveres configura ato ilícito, vez que esse é pressuposto para caracterização da responsabilidade civil. Analisa-se o conceito sobre abandono afetivo, o direito à indenização por dano moral e qual sua finalidade, a dificuldade em quantificá-lo e se há responsabilidade civil em virtude do abandono afetivo dos pais em relação a seus filhos e qual a posição doutrinária e o entendimento dos Tribunais sobre o assunto.

Palavras-Chave: Família. Abandono. Indenização.

O PRECEDENTE JUDICIAL E APLICAÇÕES DOS INSTITUTOS DO STARE DECISIS NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO

BARROS, Auxiliadora Aline Saraiva
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
aline_saraivab@hotmail.com

RESUMO

Falar sobre as atribuições que o precedente judicial exerce em determinado sistema jurídico, demonstra a magnitude de sua prática e de estudos que permeiam o ramo do direito processual. No Brasil o sistema é o civil Law, tem como fonte primária a Lei, ou seja, o direito codificado, inspirado nas compilações justinianas do direito romano antigo. Aderem ao mesmo sistema do civil law, países como a Itália, França, Alemanha, Espanha e Portugal, assim como em toda América Latina colonizada por portugueses e espanhóis. Diferentemente o Common Law credita nos precedentes papel fundamental, onde a base e a evolução do direito é instituída pelo próprio juiz através de suas decisões, direito esse concebido na fase pretoriana também do direito romano, tem sua evolução creditada ao direito Inglês influenciando os países colonizados por este. Seu basilar está na Teoria do Stare Decisis et Non Quieta Movere, ou como difundido Stare Decisis, firmando, tudo que já foi decidido deve ser mantido e utilizados em casos futuros. Não obstante, a Teoria do Stare Decisis, dispõe alternativa aos magistrados para que, em momento oportuno, eles se afastem da vinculação do precedente, técnicas denominadas distinguishing e, o overruling, quando sobre o direito e princípios defendidos, decisões forem tomadas erroneamente, eles podem denegar a vinculação do precedente. Os moldes do novo Código de Processo Civil admiti a jurisprudência como fonte do direito, inovação diretamente ligada aos interesses econômicos internacionais, à crise no sistema judiciário, e a amplitude constitucional pautados em princípios que abrem aos precedentes, adequada aplicação. Também visam à celeridade processual e a segurança jurídica, trazendo através do precedente a unificação da interpretação e aplicação do direito, com objetivo de gerar previsibilidade de soluções dos litígios e amparo aos operadores do direito ao utilizar-se dos precedentes.

Palavras-Chave: Teoria dos precedentes. Vinculante. Novo Código de Processo Civil.

DIREITO AO ESQUECIMENTO NA SOCIEDADE DA HIPERINFORMAÇÃO

SANTOS, JAMILLY ALOUAN SOARES
 Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
jamillyalouansoares@yahoo.com.br

RESUMO

Dentre os imensuráveis efeitos e fatos causados pelas novas tecnologias de informação, vem ganhando destaque o direito ao esquecimento. Pensando nisso, o presente trabalho tem por objetivo enriquecer o debate no enfrentamento da complexa colisão dos direitos da privacidade e da informação, assim, demonstrando que na sociedade atual há necessidade em discutir um novo direito, o “Direito ao Esquecimento”, este teve sua origem histórica no campo das condenações criminais, porém, o tema só foi introduzido no direito nacional pelo Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, o qual o inseriu no rol dos direitos da personalidade expresso no artigo 11 do Código Civil, tendo como base o princípio da dignidade da pessoa humana. O direito ao esquecimento fora formado para proteger a vítima e os familiares, aqueles que tiveram suas vidas pessoais envolvidas em eventos lastimosos e, por tal motivo, não convêm serem lembrados, trazendo à tona todos os prejuízos já superados no passado. Contudo, diretamente ligado aos princípios constitucionais o tema aborda e verifica colisão de princípios, todos acolhidos pelo mais alto diploma do ordenamento jurídico, a tese do direito ao esquecimento ganha força na doutrina jurídica estrangeira e brasileira, inclusive veremos alguns julgados do Superior Tribunal de Justiça; será também em breve enfrentado pelo Supremo Tribunal Federal.

Palavras-Chave: Esquecimento. Sociedade. Brasil.

DA SUCESSÃO NA UNIÃO ESTÁVEL SEGUNDO A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SOUZA, Benyslene Reis; SOUZA, Luana Camila Alves
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
benyslene@gmail.com, souza_luana@outlook.com.br

RESUMO

Uma análise geral do instituto da União Estável no nosso ordenamento jurídico e os desdobramentos da decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento dos Recursos Extraordinários (RE 646721 e RE 878694) considerando o artigo 1.790 do Código Civil, inconstitucional.

Palavras-Chave: Matrimônio. Família. Direito.

DESACATO: A POSSIBILIDADE DE DESCRIMINALIZAÇÃO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

FURINI, Ana Luiza de Cinque
Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior – IMMES
analuzafurini@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a incompatibilidade da previsão do delito de desacato com os princípios de liberdade de expressão e manifestação de pensamento, emanados pela Constituição Federal, os quais são ratificados por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção Americana de Direitos Humanos. Através de uma breve retomada histórica sobre a penalização da conduta em tela, sua relação com a figura repressiva do Estado, seguindo-se pelo estudo da doutrina, bem como de decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, pretende-se delimitar a força normativa dos tratados internacionais e a conseqüente necessidade de revisão da legislação federal, o Código Penal. Desta forma, concluindo-se pelo cumprimento do disposto na Constituição Federal e na Convenção Americana de Direitos Humanos, devem-se esclarecer as possibilidades constantes no próprio Código Penal para a tutela da honra e da imagem dos funcionários públicos.

Palavras-Chave: Desacato. Direito Constitucional. Direito Internacional.